

ELO

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Director: António Carreiro Ano XXVI Set./Out. 2000 27/09/00 Nº 301 Preço 140\$00

- **Jornadas Internacionais**
HMP promove encontro sobre o Stress de Guerra dias 9, 10 e 11 de Outubro
página 15
- **"Guerra Colonial"**
Novo livro que contou com a colaboração de alguns associados, lançado este mês
página 15

- **Propinas**
Novos elementos em documento enviado pela Defesa Nacional e em informação do SNRIPD
página 20
- **Pesca Desportiva**
ADFA bem classificada na prova disputada na Barragem do Alto Rabagão
página 4



PORTE PAGO

Audiência no MDN Rede Nacional de Apoio urgente



página 15

DL 134/97

Nova proposta carece de debate associativo

página 20

Tipografia-Escola

Até ao final do ano na Quinta das Camélias



página 20

Lisboa

Delegação em debate



página 16



Eleições a 28 de Outubro

Pela força da ADFA

vamos todos VOTAR

dia 28

páginas 7 a 13

Consulte os novos locais de voto na página 13

ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ELEITORAL ORDINÁRIA CONVOCATÓRIA

Nos termos dos artigos 28º e 29º dos Estatutos e das disposições do Regulamento Eleitoral, convocam-se todos os associados para a Assembleia Geral Nacional Eleitoral Ordinária, a realizar no dia 28 de Outubro de 2000 (Sábado), das 09h00 às 19h00 horas, com vista à eleição dos Órgãos Sociais Nacionais e Locais para o triénio de 2000-2003.

A Assembleia Geral Nacional Eleitoral, que se desdobrará em Assembleias Gerais de Delegação simultâneas, funcionará com mesas de voto na Sede Nacional, nas instalações das Delegações e noutros locais decididos pelas Mesas de Assembleia Geral de Delegação e ainda nos Núcleos existentes.

O Presidente da MAGN
Jorge Manuel Garrido Pardal Maurício

REHACare International, em Düsseldorf

Novos temas, mais serviços

A feira profissional internacional para pessoas com deficiências e com necessidade de assistência, a REHACare International, está a suscitar larga aceitação junto da indústria expositora. Mais de 600 fornecedores, oriundos de 24 países, confirmaram a sua participação neste certame que se realizará de 18 a 21 de Outubro de 2000, nos pavilhões 3 a 8 da Feira de Düsseldorf.

"Enfrentar, activamente, a temática de assistência, foi o passo certo," disse Helmut Winkler, director do projecto da REHACare International 2000. "Os nossos parceiros de longa data na REHA International, as associações de reabilitação, em conjunto e liderado pela Federação Alemã de Ajuda para os Deficientes (BAGH), deram-nos pleno apoio. Contamos que, a partir de agora, também iremos poder atrair a Düsseldorf parceiros internacionais do sector de assistência", continuou. A Messe Düsseldorf conta com aproximadamente 50 mil visitantes que vão informar-se sobre os novos produtos e serviços dos sectores da reabilitação e da assistência a utilizar para a formação contínua e para a troca de experiência.

Além das mesas redondas de discussão, os visitantes podem ainda informar-se no parque temático "As pessoas incapacitadas e a profissão". Após o grande êxito registado, o Centro de Viagens voltará a ser uma parte importante da feira.

Pertencem às novidades o parque temático "Mundo Infantil sem Barreiras" com dispositivos adaptados às crianças. No



Centro de Competência, uma escolha de novidades em redor da assistência, desde a alimentação, o vestuário, o mobiliário e os electrodomésticos até à prestação de serviços.

O país parceiro da REHACare International 2000 será os EUA. Com isso, a Messe Düsseldorf intensifica, ainda mais do que no passado, o intercâmbio além Atlântico. Após as parcerias com a União Europeia no ano 1993, seguidas por numerosos países europeus, empresas americanas irão apresentar produtos e serviços que, muitas vezes, servem de parametro a nível mundial.

Os expositores da REHACare International 2000 apresentarão novidades nos seguintes sectores: ajudas diárias vestuá-

rio; tratamento do corpo; higiene corporal, auxiliares e equipamento para o tratamento; limpeza, desinfecção, saneamento; alimentação; equipamento e acessórios para cozinha; comunicação; auxílios de marcha e de mobilidade; veículos e cadeiras de rodas; automóveis, circulação, transporte; fisioterapia, ergoterapia; lazer, desporto, jogos; viagens; instalações, equipamento doméstico; facility management, equipamento interior, técnica doméstica e doméstica; formação, local de trabalho; organização, administração prestação de serviços e serviços; assistência individual, assistência de tratamento, meios auxiliares ortopédicos; abastecimento medicinal. •

R.V.

Breves

Nova fisioterapia

Os Serviços Clínicos da Sede contam, desde Setembro, com uma nova fisioterapeuta, Sandra Ribeiro da Silva Mota. O horário de atendimento está compreendido entre as 13h00 e as 17h00, de Segunda a Sexta-feira. •

Congresso Internacional

No âmbito das comemorações dos 25 anos do Núcleo Regional do Centro da Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral vai realizar-se o Congresso "Paralisia Cerebral - Da Etiologia à Intervenção", de 22 a 24 de Novembro próximo, em Coimbra. •

Novo sistema de crédito

O Casáoshopping disponibilizou um novo sistema de crédito em Setembro do ano passado, proporcionando aos militares melhores condições para aquisição de vários produtos.

Relembrando as condições gerais de funcionamento, é de 24 o número máximo de prestações mensais, podendo o cliente fazer compras a crédito, desde que a sua dívida mensal não exceda 25 por cento da remuneração base.

O protocolo está em vigor com a GNR, beneficiários dos Serviços Sociais da PSP,

Força Aérea e Exército, não sendo aplicável neste momento aos efectivos da Marinha.

No Porto, o Casáoshopping reabre com novos espaços e horários, de Segunda a Sábado, das 10h00 às 22h00 e Domingo, das 10h00 às 19h00.

Em Lisboa, o atendimento efectua-se das 10h00 às 19h00, de Segunda a Sábado.

Para esclarecer dúvidas os interessados podem contactar o Sector de Apoio ao Cliente, no terceiro piso do CC/Lisboa, podendo também utilizar o telefone 21 884 5806. •

Centro Nacional de Cultura

O Centro Nacional de Cultura passou a dispor de uma plataforma para deficientes (plataforma elevador de escada Hiro 320) no edifício da sua sede, no Largo do Picadeiro, n.º 10, em Lisboa.

A partir de agora, os deficientes motores podem ter acesso ao Ciber-Chiado, à galeria e à biblioteca, serviços que funcionam neste edifício. •

Novos descontos

A firma Centro de Ouvidos e Som, Lda., concede aos nossos associados um desconto de 20 por cento na aquisição de qualquer modelo de próteses auditivas, mediante a apresentação do cartão de associado.

Os exames de audiometria e a limpeza de próteses auditivas são gratuitos. •

Futebol gratuito

Os associados interessados em assistir gratuitamente aos jogos de futebol do Benfica, Sporting e Belenenses, a realizar nos respectivos estádios, devem contactar o Departamento de Animação, Cultura, Desporto, Lazer e Associativismo (DACDLA) três dias antes de cada jogo, a fim de obter os respectivos ingressos. •

Acessibilidade em Salvador

A cidade brasileira de Salvador tem agora uma Comissão Civil de Acessibilidade, instituição que se constituiu com o intuito de mediar junto ao poder público nas questões de acessibilidade, pois, segundo os representantes da Comissão, "reúne entidades que conhecem profundamente as necessidades dos diversos tipos de deficiência e têm a vivência necessária para apontar soluções."

A missão desta nova Comissão em Salvador é "tornar a cidade do Salvador acessível, particularmente para pessoas com mobilidade reduzida e com direitos específicos." •

R.V.

Agenda

Reunião da Delegação de Famalicão

Na 1ª 5ª feira de Outubro, dia 5, pelas 21h00, decorre a reunião da direcção da Delegação de Famalicão. Os associados interessados em participar devem comunicá-lo antecipadamente à secretaria da Delegação.

Funcionamento do Núcleo de Braga

No 1º e 3º Sábados de Outubro, dias 7 e 21, o Núcleo de Braga encontra-se em funcionamento no infantiário da Igreja Paroquial de São Lázaro, em Braga (frente ao Hospital de S. Marcos), das 9h30 às 12h00. No 1º Sábado do mês, a funcionária da Delegação de Famalicão desloca-se ao Núcleo.

Funcionamento do Núcleo de Guimarães

Todos os Sábados de Outubro, das 9h00 às 12h00.

Aniversário do HMP

No dia 6 de Outubro, Sexta-feira, comemora-se o 166º aniversário do Hospital Militar Principal.

Jornadas Internacionais

De 9 a 11 de Outubro, de Segunda a Quarta-feira, respectivamente, realizam-se, no Instituto dos Altos Estudos Militares, em Lisboa, as Jornadas Internacionais do Hospital Militar Principal/2000, integradas nas comemorações do 166º aniversário do HMP.

Acto eleitoral

No dia 28 de Outubro, Sábado, realiza-se a Assembleia Geral Nacional Eleitoral Ordinária para eleger os Órgãos Sociais Nacionais e Locais para o triénio de 2000-2003.

Aniversário do ELO

No dia 23 de Novembro, Quinta-feira, o ELO completa 26 anos de publicação ininterrupta.

Novos Associados

Dando cumprimento ao estipulado no n.º 4, do Art.º 8, dos Estatutos da ADFA, publica-se a relação dos candidatos a sócios efectivos.

| | |
|--------------------------------|------------------------------|
| Adelino Pereira M. Coelho | Joaquim Salvador Bentes |
| Albano Augusto Ferrão | Jorge Filipe Dias |
| Albertino Rodrigues Rato | José Aureliano Santos Brito |
| Ansumane Cassamá | José dos Santos Pereira |
| António Alberto M. Oliveira | José Gonçalves Oliveira |
| António Campos | José João Sá Caracitas |
| António Carlos Teixeira | Julia Maria Pires Teles |
| António Custódio Cavaco | Julio Serrano de Carvalho |
| António de Lima Alves | Luisa Maria F. R. Seródio |
| António Gonçalves Vilhena | Manuel António Afonso |
| António José Cruz Rosa | Manuel Francisco B. Sereno |
| António Manuel Cruz Lapa | Manuel Joaquim N. Marques |
| António Orlando Saraiva | Manuel Maria Marques |
| Armando Varela | Manuel Pereira Basílio |
| Armindo Manuel Alves | Maria Amélia Pereira Salgado |
| Artur Saraiva de Sousa | Maria Figueira de Abreu |
| Casimira Silva Marques Sá | Maria José O. P. da Silva |
| Delfim Fernandes Lourenço | Maria Merciana Carvalho |
| Duarte Sales Dinis Jardim | Maria Ribeiro Antunes |
| Eduardo Oliveira Magalhães | Mário Almeida Janeiro |
| Filomena Gonçalves | Otilio Nobre Guerreiro |
| Henrique de Sá Pereira | Raul Lucas Ribeiro |
| Hermínio Santos Pardal | Romão Gonçalves Mateus |
| João António C. da Purificação | Rui Manuel Santos Almeida |
| João Domingos Gonçalves | Teresa Jesus V. de Carvalho |
| João Francisco C. Cardoso | Vitor Manuel Geraldo Caetano |
| João Henriques | Vitor Manuel Silva Godinho |

ASSINE O ELO

ELO

PROPRIEDADE E EDIÇÃO: Associação dos Deficientes das Forças Armadas - ADFA - Pessoa Colectiva n.º 500032246 • Email: adfa@mail.telepac.pt • Internet: http://www.adfa-portugal.com DIRECÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, EDIÇÃO E REDACÇÃO: Av. Padre Cruz - Edifício ADFA 1600-560 LISBOA • Telefone: 21 751 2600 / 21 751 2601 / 21 751 2609 • Fax: 21 751 2610 DIRECÇÃO NACIONAL DA ADFA/ADMINISTRAÇÃO: Humberto Seratório, Catarina Salgado, Sarmento Coelho, Simão Roças, Nuno Santa Clara, Aires Abrantes DIRECTOR: António Carreiro REDACÇÃO: Rafael Vicente (editor), Anabela Vieira (norte), Farinha Lopes (fotografia), Maria José Almeida (secretariado) COLABORADORES: Abel Fortuna, Alexandra Daniel, António Calvino, Armando Guedes da Fonte, Carlos Pinto Coelho, Carlos Mendes, Carlos Vale Ferraz, Cláudia Silveira, Daniel Gouveia, Guilherme de Melo, Helena Afonso, Hugo Guerra, Humberto Seratório, Jaime Ferrer, Jerónimo de Sousa, João Gonçalves, Jorge Maurício, José Diniz, José Maia, José Monteiro, José Valente dos Santos, Lía Katali, Luis Baltazar, Luisa Nero, Mário Inácio, Mário Tomé, Marta Carreiro, Nuno Santa Clara, Patuleia Mendes, Rogério Rodrigues e Sá Flores. CONCEPÇÃO GRÁFICA - Maquetagem: João Conceição PRE-IMPRESSÃO: Grafibarra, Artes Gráficas, Lda. Quinta da Piedade, Lt. 93-A 7º C - 2625 Póvoa Santa Iria - Tel./Fax: 21 956 6263 MONTAGEM: Tipografia Escola da ADFA Rua da Artilharia Um - 1070 Lisboa (Anexo do Hospital Militar Principal) Tel. 21 385 3593 IMPRESSÃO: Imprejournal Sociedade de Impressão, SA Av. Infante D. Henrique, 334 - 1990 Lisboa - Tel. 21 851 2188 GRAVAÇÃO DO ELO SONORO: Centro de Produção de Material da Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo Registo da Publicação no ICS: 105068/77 Depósito Legal: 99595/96 ASSINATURA ANUAL: 1 400\$00. Os textos assinados não reproduzem necessariamente, as posições da ADFA ou da Direcção do ELO, sendo da responsabilidade dos seus autores. Tiragem deste número 10 500 exemplares

Episódios



Adeus, até à pró(stata)!

José Diniz

Quando somos meninos e jovens, as pessoas mais velhas, a começar pelos nossos pais, parecem-nos já bem entrados na idade, uns "cotas" como agora se ouve os jovens dizer. Quando tínhamos vinte anos, era essa a perspectiva com que olhávamos os "velhinhos" que se arrastavam (ou eram empurrados) pelos corredores do Hospital Militar Principal onde os associados da ADFA, na sua maior, também vieram parar evacuados das frentes de guerra e ali permaneceram meses e anos, umas vezes internados, outras na santa terrinha em convalescença, boa parte do tempo "atirados" para o Depósito de Indisponíveis, pois havia que dar a cama do hospital a outros que chegavam cada vez em maior número.

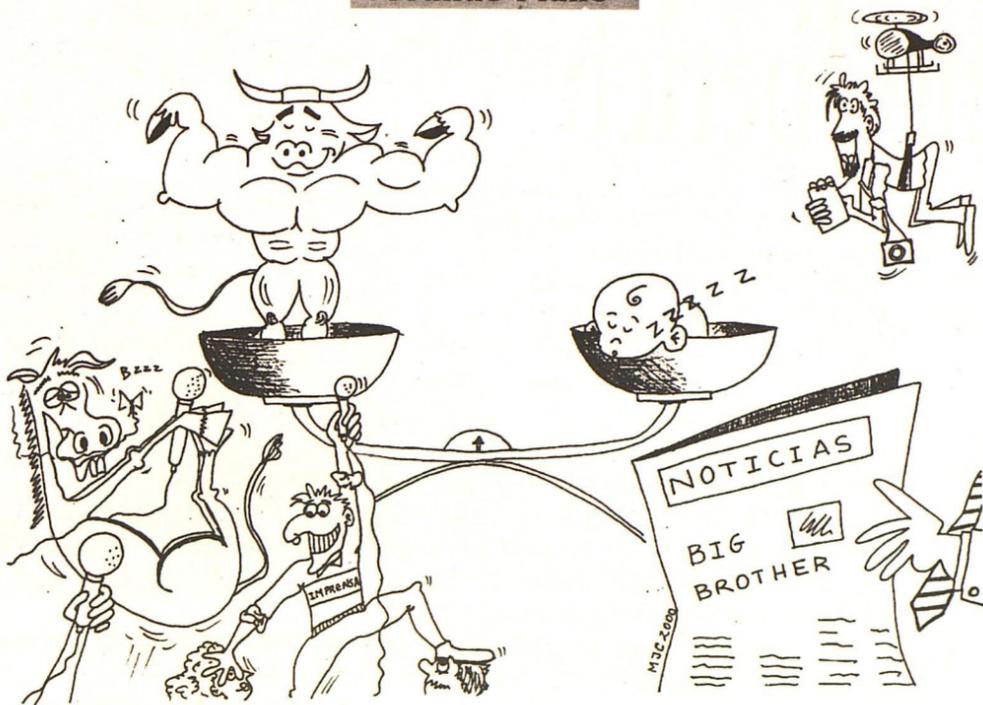
Ainda retenho essa imagem dos velhinhos que, sobretudo no Inverno, enchiam os serviços de medicina com os achaques próprios da idade. Naquela época os lares da terceira idade eram coisa muito rara e a única alternativa que havia era conseguir um internamento hospitalar o mais prolongado possível. Uma das doenças mais frequentes nesses "avozinhos" era as complicações da próstata, o que, para nós rapaziada, significava para o respectivo portador uma idade bem avançada, nunca menos de setenta/oitenta anos, e uma morte bem próxima. Esta segunda convicção não estava longe da verdade, pois naqueles tempos os cuidados na prevenção e os recursos no tratamento desta doença eram bem mais limitados do que hoje.

Nesta perspectiva, o nosso desejo mais ardente, uma vez recuperados dos nossos ferimentos ou doenças, era que o próximo mal que nos chegasse fosse o da próstata, o que significava uma "infinidade" de anos para viver descansado. Por isso, quando algum de nós, jovens alferes, furriéis ou soldados tinha alta definitiva, os outros, num voto sincero de tão depressa não ter problemas de saúde, costumavam despedir-se não com um "Adeus, até à próxima!", mas sim com um... "Adeus até à próstata!..."

Moral da história: hoje, já na casa dos cinquenta e dos sessenta, as nossas deficiências foram-se agravando e foram obrigando a internamentos e tratamentos mais ou menos frequentes nestes trinta ou quarenta anos passados, e essa coisa da próstata que julgávamos que só nos incomodaria lá para os setenta/oitenta, já começa também a dar problemas. •



Grande Plano



Férias...

A liberdade de escolha precisa duma mente aberta, solidária e criativa. Quando cada um aprender a escolher não haverá mais lugar aos ditadores da opinião



Jaime Ferrer

Cada vez mais sinto o desejo de desligar a televisão, fazer greve aos jornais e partir de férias. Passar uns dias sem o comezinho da vila onde gravito a existência, sem as parangonas dos jornais que forçam títulos para tocar consciências, sem o olhar tenebroso dos televisivos jornais nacionais que se nos cruzam, em arrogância, três minutos antes das oito. Estou cheio da atrasada remodelação que afinal não se fez a satisfazer todas as ideias dos fazedores de opinião, dos pruridos do norte no ministro despedido (a oposição também faz coro como se em vez duma demissão se tratasse dum velório onde, por obrigação, do inimigo se diz bem), da moção de censura a parecer birra de putos...

Pela imprensa dou-me conta que também anda, pela Madeira, o diabo à solta. Não é tanto a opinião mas o empolado que a seguir alimenta questiúnculas... Dantes os jornalistas não tinham "curso", não tinham habilitação própria... Agora saem em fornadas das universidades, das escolas superiores, de variados institutos particulares. Cada vez há, no meu país, leitores de jornais a menos, alunos a menos, doentes a mais, cursos à toa que ninguém sabe para que servem e que a nada equivalem...

Claro que nos jornais e na televisão nem tudo é mau. Há gente ilustre que lá escreve, há gente esperta demais que por lá fala. Mesmo assim, ouvi, acredite leitor que ouvi, um cavalheiro dos que usam gravata e importância dizer que os toiros de morte eram uma barbaridade tal como a pedofilia, contrária à ética, e os toureiros eram tão só como os barbeiros italianos que no ano de 1902 ainda castravam meninos para embalar de canções a Europa carente e ávida de cultura... É isto. Os defensores dos animais comparam os pobres bichos às crianças. Um desses defensores perguntava se alguém interpelou o touro para saber da sua vontade em ser toureado. Seria bom, já que possuem entendimento de linguagem, que também perguntassem ao touro se ele "admite" ser comparado com uma criança ou quem sabe se "consente" que a seu respeito se diga que foi capado e violado na arena.

As notícias, as grandes notícias, falavam de horrores e calamidades. De contrário seriam situações vulgares da vida que a ninguém interessavam. Até que um dia alguém descobriu que a maioria dos telespectadores não passava de punhados de zés-ninguém, enlatados em bairros ou casinhotos de província. A vida vulgar que levavam e a parvoíce acicatada por uns cobres eram mais que motivo para partilhar com o alheio as suas intimidades e as burrices (os burros me desculpem) nem sempre por culpa própria acumuladas. Do Big Brother já vieram embora a casada e o mais velho... Dela, diz-se que é professora. Espero que a lição lhe tenha servido e que o salário que recebe lhe baste para ser a companheira dos filhos que sem ordem deles um dia colocou no mundo.

Há jornais e jornais, programas e programas. Vale a pena escolhermos um momento de cultura ou uns instantes de lazer.

Em cada acção da minha vida, na profissão que escolhi, vou dizendo aos jovens o quanto vale a diferença da opção. Quando tínhamos a idade deles reclamávamos o voto, o fim da guerra, o desmantelamento da polícia política. Agora, para conquistar a liberdade não basta a meia dúzia de militares que em 25 de Abril tomou Lisboa e enfiou numa chaimite o poder acagaçado já de si fragilizado por um tombo duma velha cadeira. A verdadeira revolução é agora e tem de ser de nós todos e a todos tocar. A liberdade de escolha precisa duma mente aberta, solidária e criativa. Quando cada um aprender a escolher não haverá mais lugar aos ditadores da opinião venham eles disfarçados da bazófia de certos jornalistas, de febrões de dinheiro, de telenovelas da vida real, do versejar desgraças de vidas na música pimba, de políticos a fazer um desmedido esforço para acreditar em si próprios. •

Editorial

Todos pela ADFA



António Carreiro

Em mês de eleições era meu dever fazer um apelo à mobilização associativa para a ida às urnas.

Mas melhor do que ninguém, os que escrevem ao ELO o fazem.

Por isso, deixo-vos com este nosso associado:

"Camaradas dia 28/10/2000, uma vez mais vamos ser chamados a cumprir o nosso dever de sócio a Votar o que acho muito bem.

Espero que a nova Direcção de Lisboa que venha a ser eleita, não se esqueça dos "Deficientes em Serviço" que tanto têm sido esquecidos e humilhados, espero que todos os "Deficientes em Serviço" nos juntemos, para fazermos força perante a nova "Direcção" que entra e perante o Snr. Ministro da Defesa, que é uma vergonha termos uma reforma de miséria para não dizer outra coisa.

Vamos exigir uma reforma no mínimo de 50.000\$00 e não sermos aumentados conforme os funcionários públicos, mas sim conforme são aumentados os "Deficientes em Campanha" a passarmos de Lista Verde para Lista Vermelha.

Não vamos exigir o mesmo valor de reformas como DFA, mas sim termos as mesmas regalias.

Quando fomos para a "Guerra Colonial" não eramos funcionários Públicos e a Tropa que eu saiba não era "Função Pública", logo de início da Associação não viu bem este caso, era um caso que Associação devia bater o pé ao Ministro da Defesa, Exército, Marinha e Força Aérea este caso.

Nós Militares nunca deveríamos ir a Juntas Médicas Cívicas, mas sim Militares, como eu aconteceu com muitos trazemos uma percentagem da "Junta Médico Militar" e irmos à Caixa de Aposentações e baixarem o valor da percentagem que foi dado pela Junta Militar, isto é tirar o valor profissional aos médicos militares.

Camaradas, não podemos agora deixar este caso passar em branco, vamos gritar todos juntos bem alto, queremos as regalias que acima menciono, a ver se para o próximo ano 2001 queremos uma situação melhor, porque vamos para velhinhos e termos uma reforma justa para viver e comer.

Esta Direcção actual, deveria para já chegar esta minha carta às mãos do Snr. Ministro da Defesa, para ele ver já o nosso descontentamento e ver que queremos os nossos "Direitos de Combatentes da Guerra Colonial" o Snr. Ministro não devia ter passado pelos maus pecados que nós passamos. Porque agora temos o pão e o queijo nas mãos, porque depois vêm as eleições Presidenciais e se não formos atendidos ao nosso pedido para essas eleições ficamos em casa. Quero por este meio dizer a todos os sócios de Lisboa, Delegações e Núcleos de Norte a Sul, que dia 28 de Outubro próximo façam ouvir a sua voz indo votar.

POR UMA ASSOCIAÇÃO MELHOR PARA TODOS OS SÓCIOS.

José Cabanelas - Associado n.º 10098 •

Coimbra

A ADFA no Ibérico

Realizou-se nos dias dois e três de Setembro o Campeonato Nacional de Pesca Desportiva em águas interiores e o local escolhido para a prova foi a barragem do Alto Rabagão, Montalegre.

A equipa da ADFA participou e qualificou-se nas seguintes posições: terceiro lugar para Jorge Silva, apoiado por Sousa; quinto lugar para Henrique Pedro, apoiado por José Luís Serafim; nono lugar para Paulo Nobre, apoiado por Júlio Seguro; trigésimo terceiro lugar para Batista, apoiado por Vilela Ramalho.

Por volta do meio dia os pescadores e assistentes da ADFA juntaram-se aos cerca de 370 participantes, em Montalegre, onde eram aguardados pelo presidente da Direcção da Delegação, Manuel Parracho e esposa, que para ali se tinham dirigido dois dias antes, para reconhecimento completo à zona dos pesqueiros e dos locais para o almoço e dormida.

Às 16h00 do dia dois de Setembro deu-se

início à primeira mão da prova e às 19h00 recolhia-se ao local de pernoita.

No dia três de Setembro a alvorada foi às 6h00, pois os pesqueiros distavam 12 quilómetros e tinha que preparar-se tudo para a segunda etapa que se iniciou às 9h30 para terminar às 12h30.

Depois de um bom almoço ao ar livre, no parque de merendas de Montalegre, a equipa de pescadores da ADFA partiu rumo a Coimbra, na expectativa das notícias de Manuel Parracho, que lá ficou para saber dos resultados e receber eventuais prémios.

Os pescadores e seus acompanhantes festejaram os resultados durante a viagem de regresso a Coimbra.

O apoio geral aos participantes da Secção de Pesca da Delegação de Coimbra foi prestado por Vítor Oliveira e Manuel Parracho.

Das cerca de meia centena de equipas em prova, a equipa da ADFA ficou em sexto lugar, sendo premiada com um trofeu para a



A prova foi disputada na Barragem do Alto Rabagão, Montalegre

equipa, medalhas e uma taça para os pescadores.

A ADFA conseguiu ver apurados dois dos seus pescadores para o Campeonato Ibérico que se realiza em Coruche nos próximos dias 23 e 24 Setembro.

Depois de no dia 22 darem entrada no Centro de Férias do Inatel, na Foz do Arelho, 40 pescadores (20 nacionais e 20 espanhóis),

para o estágio, no dia 23 vão sair de autocarro para Coruche, para ali disputarem a primeira mão durante a tarde. No Domingo de manhã disputar-se-á a segunda mão.

Como em tudo é preciso sorte, desejamos com ardente desejo aos nossos pescadores para que a ADFA saia bem prestigiada neste Torneio Internacional. •

Manuel Parracho

Ponta Delgada

Assembleia Geral Extraordinária

Os associados da área da Delegação de Ponta Delgada foram convocados a participar na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia nove de Setembro, Sábado, constando da ordem de trabalhos o balanço de final de mandato da Direcção da Delegação e o debate dos problemas relacionados com a Delegação e "por consequência da sua Direcção".

Como de costume, a reunião teve lugar numa sala da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores e a concentração teve início antes da hora prevista na Delegação.

"As opiniões ou críticas são sempre importantes, desde que postas nos locais e nos momentos certos", referiu a Direcção da Delegação.

Os Órgãos Sociais Nacionais da ADFA estiveram representados pelo presidente da Direcção Nacional, Humberto Sertório, que salientou que "a reunião foi importante porque era necessário esclarecer os associados sobre a situação da Delegação de Ponta Delgada".

O presidente da DN fez ainda um apelo à unidade, salientando que ao ultrapassar as divergências "há possibilidade de se avançar com o Centro de Reabilitação dos Açores."

O funcionamento da Delegação também foi alvo de debate, sendo sugerido que as instalações estivessem permanentemente abertas aos associados, ao contrário do que desde há algum tempo tem sido praticado,

com a abertura apenas nas Segundas-feiras e deslocações à sede da Delegação, quando necessárias, durante a semana, por meio de contacto telefónico.

Comunicado

A Direcção da Delegação de Ponta Delgada emitiu entretanto um comunicado em que "alerta todos os associados da área desta Delegação para o facto de, face ao acto Eleitoral que se aproxima, estar a surgir pela primeira vez na nossa história, uma lista de oposição aos actuais Órgãos."

A Direcção da Delegação entende que "se por um lado esta iniciativa é salutar em democracia, por outro estamos conscientes que devido à nossa pequenez e dispersidade associativa, isto só nos divide em vez de nos unir, não fosse a ousadia e o pretexto infundado e mal intencionado de algumas pessoas para que tal esteja a acontecer."

Os dirigentes afirmam no comunicado que pretendem "esclarecer que respeitamos demo-

craticamente a vontade de cada um, visto que todos são livres de exercer os seus direitos e se candidatar, de ter as suas opiniões, e de apresentar as suas teses ou projectos."

"O que não aceitamos, muito menos permitimos, é que algumas dessas pessoas (que até tiveram grandes responsabilidades por pertencerem durante 20 anos aos Órgãos Sociais da Delegação e que nada fizeram para melhorar ou corrigir o que quer que fosse) agora na política do deita abaixo, estejam a usar meios chantagistas e difamatórios que em nada abonam o bom nome da ADFA e especial e da Delegação em particular, sobretudo em causa a idoneidade e dignidade das pessoas que a representam", refere-se no comunicado assinado pela Direcção da Delegação, que salientou ainda que "confirmar toda a verdade, existem as actas das AGD e as declarações dos Órgãos Sociais Nacionais, a quem prestamos contas." •

JORGE MENDES, IRMÃO & CA. LDA.

Atoalhados • Fazendas Brancas • Camisaria • Malhas • Roupa Interior

Fornecedores de:

Hospitais, Clínicas, Câmaras Municipais, Escolas, Hotéis, Forças Armadas, Infantários, Museus, Laboratórios, Departamentos Universitários, Etc.

Desconto 10% a todos os Associados
(excepto épocas de Saldos)

Praça do Comércio, 97-99-101-103 • 3000-116 COIMBRA

Tel.: 23 982 4284 • Fax: 23 984 1779

Breves

Coimbra

Contributos para a nova sede da Delegação

A Delegação de Coimbra registou as seguintes ofertas dos associados para a nova sede da Delegação: António Caspão, com 122.500 escudos; António Santos, com 60.000 escudos; Alcides Mendes, com 20.000 escudos; António Martins e Miguel Ferreira, com 10.000 escudos; Jorge Fernandes, com 7.200 escudos; Ilídio Cavaco, 5.300 escudos; Manuel Leitão, 5.200 escudos; António Azevedo, Bartolomeu Castro e José Silva, com 5.000 escudos; Manuel Carreira e Alcino Cação, com 2.800 escudos; José Silvestre e António Batista, 1.000 escudos. •

Ciclo de conferências no Museu Militar do Porto

"Entre a Vida e a Morte - As enfermeiras pára-quadistas na Guerra Colonial" foi o tema de mais uma conferência organizada pelo Museu Militar do Porto, uma iniciativa que se insere no âmbito da Exposição "Testemunhos de Guerra - Angola, Guiné e Moçambique 1961-1974" patente ao público até Março do próximo ano.

Maria Zulmira Pereira André, tenente Pára-quadista enfermeira, foi a conferencista convidada. Perante uma plateia de cerca de 60 espectadores curiosos, a enfermeira relatou cada detalhe das inúmeras situações, algumas insólitas, outras horríveis e de medo, vividas no cenário de guerra, num discurso próprio de quem tem cada minuto daquela vivência bem presente na memória. A falta de meios para poder socorrer os que dela precisavam foi o que mais a marcou. Mais do que aquilo que a sociedade de então pensava sobre ela e sobre as suas colegas que

voluntariamente decidiram partir para o teatro de guerra. Durante nove anos prestou serviço em Angola, Moçambique e na Guiné. Passou à disponibilidade em 1970 para casar.

O ciclo de conferências terminará em Março de 2001 e as próximas conferências estão já agendadas. No dia 20 de Outubro o tema será "Cabinda - Um teatro de operações específico" e contará com a presença, como orador, do general Carlos Azeredo. No dia 15 de Novembro será tratado o tema "O Exército Português e a Guerra no Ex-Ultramar" que terá a participação do



coronel Arnaldo Costa. Em Dezembro a conferência terá lugar no dia 13 e o tema "Mama Sumae - Aqui estamos prontos para o sacrifício" e será abordado pela Associação de Comandos. •

A.V.

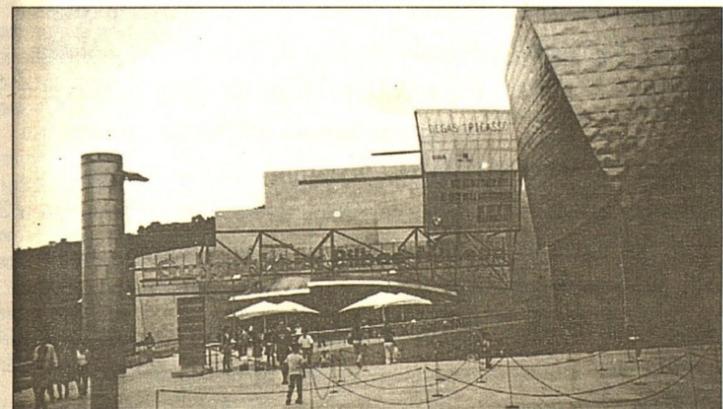
Delegação do Porto promove férias associativas



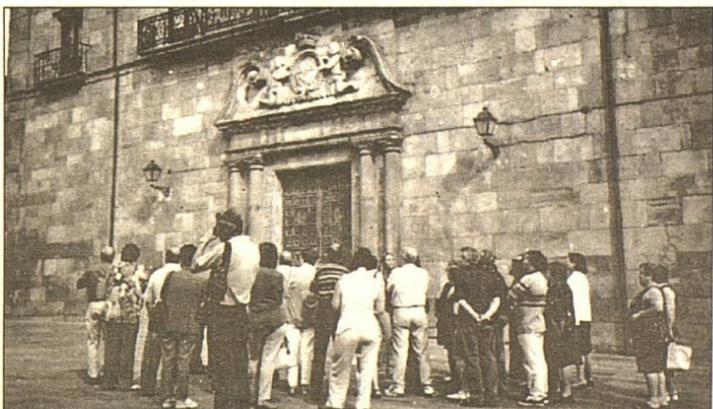
Convívio da Delegação do Porto em Galafura, Peso da Régua. Momento do almoço onde não faltou a feijoada à transmontana e o bom vinho da região.



Nada melhor que um pé de dança para digerir o almoço e preparar o estômago para a sardinhada que se seguiu



Passeio da Delegação do Porto aos Picos da Europa onde não faltou a visita ao famoso museu Guggenheim.



Também a Catedral de Leão foi local de paragem para uma visita guiada.

Breves

Obras na Delegação do Porto

A Delegação do Porto tem vindo a ser alvo, nos últimos meses, de obras de beneficiação. Melhorar as condições de acessibilidade e criar novos espaços adaptados às necessidades dos associados é o grande

objectivo. Para isso muito têm contribuído o apoio da Câmara Municipal do Porto e o Regimento de Engenharia de Espinho que desde logo disponibilizaram meios humanos e técnicos para a realização destas obras. O

projecto é arrojado devendo por isso ser feito por fases. A primeira, que já está em curso, inclui a criação de uma zona específica para estacionamento e um espaço externo de lazer.

A.V.

Voz de apoio aos associados

A ADFA, através da Delegação do Porto, tem vindo a trabalhar em parceria com a ESCUTAR, Associação de Estudos e Prevenção do Suicídio, na criação de uma linha telefónica de apoio aos sócios da ADFA.

Designado de Voz de Apoio, este serviço será prestado por uma equipa de voluntários de forma anónima e confidencial. Na base deste projecto está a constatação da necessidade de combater situações de grande

desespero e isolamento a que muitos dos associados estão sujeitos e assim prevenir situações extremas que por vezes chegam mesmo ao suicídio. •

A.V.

SERVIÇOS DA DELEGAÇÃO

APOIO AOS SÓCIOS

Serviço de Atendimento

Assistentes: Sónia Aguiar e Rogério Nascimento
Dias úteis: 9H00/ 12H30 e 13H30/17H30
1º Sábado do mês: 10H00/13H00 e 14H00/17H30

Consultadoria Jurídica

Responsável: Dra. Manuela Santos
Marcações no Serviço de Atendimento

Aquisição de Viaturas com Isenção de Imposto

Assistente: Elisabeth Couto

SERVIÇOS MÉDICOS E PSICOSSOCIAIS

Clínica Geral: Dr. Aníbal Montalvão
3ª Feiras das 15H00 às 19H00
Marcações no Serviço de Atendimento

Psicologia: Dra. Ana Conde
Marcações com a própria

Psiquiatria: Dr. Joaquim Neves de Sá
Marcações: Elisabeth Couto

Gabinete de Serviço Social

Responsável: Dra. Margarida Marques
Delegação
4ª Feira - 14H00/17H30
5ª Feira - 9H00/12H30
Hospital Militar
4ª Feira - acompanhamento de consultas específicas (Fisiatria)
5ª Feira: 14H30/17H30

CENTRO DE ACTIVIDADES OCUPACIONAIS

Inscrições no Gabinete de Serviço Social

DESPORTO CULTURA E LAZER

BIBLIOTECA

CAMPO DE JOGOS

Responsável: António Carvalho
2ª a Sábado - Marcação Prévia
Domingos de manhã - Reservado a associados e familiares

GINÁSTICA DE MANUTENÇÃO

Monitor: Professor Miguéis
2ª e 5ª Feira - 17H00 às 19H00

BAR

Dias úteis - 8H00/19H00
Sábados - 9H00/19H00

RESTAURANTE (Almoços)

Dias úteis - 12H30/14H30
1º Sábado do mês - 12H30/14H30
Marcação Prévia

CONTACTOS:

Telefones: 22 832 0403
22 832 0744
Fax: 22 832 5242



Opinião

Reunião, Direitos, União

João Gonçalves

No dia sete de Setembro a Direcção da Delegação da ADFA de Viseu, reuniu em Lisboa com a Direcção Nacional, na Sede da Associação dos Deficientes das Forças Armadas.

Desde o Ano de 1995, foram diversas as reuniões de trabalho com os actuais Órgãos Nacionais que terminam o seu mandato no final deste Ano Jubilar e, como todas as outras Direcções, deixam obra feita, mas não tudo, porque pedir tudo é pedir o impossível. Mas algo de palpável, de visível deixando o caminho desbravado para a obra, para o projecto, serem continuados.

A vida, como se costuma dizer, não pára. "É a vida". Esta altura de férias para muitos, foi o tempo necessário para descansar no final de mais um ano de labuta. O direito a férias, uma conquista dos trabalhadores, ainda deixa muitos de fora, uns porque não as podem gozar, outros porque lhe são negadas, outros porque os afazeres do dia a dia os impedem de gozar, outros porque não têm condições económicas para tal.

É o que se passa com os trabalhadores por conta de outrém: o mesmo trabalho, a mesma máquina, o mesmo horário, os mesmos movimentos, os mesmos ruídos, tudo aquilo que em cada ano, a par do ganha pão, volta acumular fadiga.

A vida é assim, trabalho, férias, mais trabalho e depois o cansaço, a fadiga. Para os Deficientes das Forças Armadas, a vida é diferente da de qualquer trabalhador, da de qualquer cidadão, porque as preocupações são constantes, pelas desigualdades nas leis, "do direito à Promoção com colocação no último escalão do posto para todos os Deficientes das Forças Armadas, do direito a requerer Juntas médicas para todos os Deficientes sem excepção, caso seja reconhecido haver agravamento da deficiência, do direito na qualificação, reconhecimento nos acidentes / doença, durante o cumprimento do serviço militar, dos prisioneiros de guerra, do stress de guerra, das divergências nas juntas médicas da Caixa com as Militares na atribuição do Grau de Incapacidade e pela melhoria da assistência médica a medicamentosa, etc.". As leis existem, mas praticá-las parece ser muito difícil para quem governa este País à beira mar plantado.

Como a maior parte dos leitores sabe, sou dos que iniciou a grande caminhada de fazer com que fosse criada uma Instituição como é a ADFA, para defesa e garante do bem estar daqueles que deram o melhor da sua vida, se deficientaram, lutando até à morte em defesa da Pátria, não fugindo, cumprindo com a Lei de Defesa Nacional, honrando e prestigiando Portugal.

Os militares que serviram e servem nas Forças Armadas estão sempre em serviço de alto risco, em missões, na defesa das pessoas e bens, na manutenção da ordem pública, na defesa e na união entre os povos que se envolvem em conflitos armados criando e fomentando a guerra, que por sua vez gera ódio e desconfianças. Em suma: depois da guerra, ficam as feridas, os Deficientes, os despojos, os mártires, que depois da guerra a sociedade tudo faz por esquecer...A ADFA existe para dizer a Portugal ao Mundo que, tudo se deve fazer para que a paz seja uma realidade em todo o universo e ainda para, durante este Ano Jubilar, dizer aos homens a mulheres de todas as idades, mas particularmente aos adolescentes a aos jovens, que os mártires das guerras existem, são um exemplo na sociedade, são o fermento e o sal, se quiserem, que carregam consigo a dor, os despojos da guerra, que com o sangue derramado conduziram Portugal à vida em liberdade e à Democracia!...Os Deficientes das Forças Armadas, que tudo deram à Pátria, exigem dos responsáveis Nacionais da ADFA que tudo façam para que haja um entendimento entre todos os Associados neste acto eleitoral, para que todos unidos façamos junto do governo valer a força da nossa razão em prol da dignificação do cidadão deficiente militar a da pessoa deficiente em geral. •

João Gonçalves

Audiência com o Bispo de Viseu

No dia trinta e um de Julho Dom António, Bispo de Viseu, recebeu a Direcção da Delegação da Associação dos Deficientes das Forças Armadas de Viseu, para, numa conversa informal, dizer ao Sr. Bispo o que é a ADFA, os serviços que presta aos Deficientes das Forças Armadas e à comunidade deficiente em geral.

No fim de vinte a cinco anos de ADFA em Viseu, foi a primeira vez que a Associação e Igreja se sentaram a conversar e a debater problemas ligados à área da deficiência. O Sr. Bispo ficou muito sensibilizado por saber que em Viseu há pessoas que lutam abnegadamente pelo bem estar daqueles que sofrem e vivem os problemas da guerra, quando em serviço da Pátria põem a sua vida em risco em benefício dos outros, morrem ou ficam deficientes e precisam de apoio moral material, familiar, médico, dos amigos e daqueles que como é a ADFA, abnegadamente e desinteressadamente dá o seu melhor, para que à família deficiente militar nada falte.

Os nossos agradecimentos, a Dom António, Bispo de Viseu, e numa data próxima a estabelecer, aguardaremos a sua importante visita. •

João Gonçalves

Em Agosto

Visita ao Museu da Guerra Colonial

Foi com grande emoção que a Delegação de Viseu da ADFA, efectuou a primeira visita ao Museu da guerra situado em Famalicão, nas belas instalações da Delegação da ADFA naquela cidade.

Mais uma vez se deve frisar que o empenho, o carinho e o amor dos Dirigentes da ADFA de Famalicão, na acção que desenvolvem. Merecem e devem ser apoiados por todos nós, para continuarem firmes e coesos na recolha, junto dos Combatentes Deficientes, na área militar, para que o Museu seja uma peça viva da ADFA, com o objectivo de mostrar à sociedade e ao Mundo os efeitos monstruosos que as guerras provocam e que todos temos o dever de participar e denunciar.

Nesta hora sei que todos os visitantes, gostaram de ver, de recordar, de mostrar à família momentos vividos nos Anos sessen-

ta, setenta, altura em que estava no auge da Guerra Colonial em três frentes de batalha distintas em Angola, Guiné Bissau e Moçambique. A certa altura da visita ao Museu de D. Silvana, mãe de um militar falecido, um filho da Pátria que tombou no campo da honra, no campo de batalha, quis ver se o nome do seu ente querido constava na lista dos "mártires" que eu considero "Heróis Nacionais", e de facto lá estava o nome daquele que algures tombou em defesa da Pátria.

De todo o resto, foi bom partilhar a alegria de estarmos vivos e de que não esquecermos dos colegas falecidos. A Direcção agradece a todos que se disponibilizaram a participar neste evento e à Delegação de Famalicão a forma amiga com que nos recebeu. •

João Gonçalves

Delegação de Évora

Festa de Natal em Montemor-o-Novo

A Festa de Natal 2000 da Delegação de Évora vai ser organizada em Montemor-o-Novo, com o apoio de um grupo de associados dessa cidade.

A festa terá lugar no dia 16 de Dezembro, realizando-se o almoço no Restaurante "Ao

Pôr do Sol".

Na próxima edição publicaremos mais pormenores sobre a festa.

Para eventuais esclarecimentos os interessados devem contactar a Delegação de Évora, através do telefone 266 703473. •

R.V.



VENDAS ESPECIAIS

PARA DEFICIENTES



Contacte os serviços



da ADFA Alberto Pinto Telf. (01) 757 04 22



CONCESSIONÁRIO **FIAT**

Trevauto

STAND: Rua da Venezuela, 65 A/B - 1500 LISBOA • Tels.: 760 89 60/7 - 760 82 53 - 760 52 78 • Fax: 760 52 78
STAND: Rua de Arroios, 89A - 1100 LISBOA • Tels.: 316 72 00/316 72 13 • Fax: 352 00 96
STAND: Rua Virgílio Correia 17-B - 1600 LISBOA • Tel.: 726 98 89/726 99 13 • Fax: 726 56 39 (à Estrada da Luz)
ASSISTÊNCIA TÉCNICA: Rua Heróis de Quionga, 14A - 1100 LISBOA • Tels.: 812 32 75 - 814 47 17

Contacto: **TREVAUTO 316 72 00 - Francisco Galhano**

DESCONTOS:

PEÇAS: 25%

OFICINA: 15%

(MANUEL CORREIA) TELF. 316 72 00

(HUMBERTO LOURENÇO) . . . TELF. 812 32 75

Órgãos Sociais Nacionais

Lista B

Candidata aos Órgãos Sociais Nacionais (MAGN, DN e CFN) para o triénio 2000-2003

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL

| | | |
|---------------------|---|---------|
| Presidente | Jorge Manuel Garrido Pardal Maurício..... | nº 208 |
| 1º Secretário | José Machado Dinis | nº 311 |
| 2º Secretário | Luís Manuel de Almeida Ramos..... | nº 3470 |

DIRECÇÃO NACIONAL

| | | |
|---------------------------|--|----------|
| Presidente | Cândido Manuel Patuleia Mendes | nº 519 |
| 1.º Vice-Presidente | Artur José Caldeira Vilares | nº 8626 |
| 2.º Vice-Presidente | Joaquim Mano Póvoas..... | nº 252 |
| 1.º Secretário | José Nuno da Câmara Santa Clara Gomes..... | nº 14170 |
| 2.º Secretário | António Capela Ferreira Gordo | nº 13581 |
| 3.º Secretário | José Maria Rosa | nº 52 |
| Tesoureiro | Orlando Álvaro Correia | nº 209 |

CONSELHO FISCAL NACIONAL

| | | |
|------------------|---|---------|
| Presidente | Armando Manuel Oliveira Guedes da Fonte | nº 2943 |
| Secretário | António Cotrim Viana | nº 2429 |
| Relator | Armindo Marques Matias..... | nº 53 |
| 1.º Vogal | Mário Gomes Silveira | nº 91 |
| 2.º Vogal | Fernando Jesus de Sousa | nº 210 |

Programa de Acção

INTRODUÇÃO

Um grupo de associados da ADFA, representando a sua dimensão nacional, reuniu na Sede, nos dias 14 e 28 de Julho e 2 de Setembro de 2000, para analisar a actual situação geral, no sentido de tomadas de decisão, face ao Acto Eleitoral convocado para 28 de Outubro próximo.

Para conseguir alcançar tal objectivo, os presentes constataram que:

- O futuro da ADFA não se adivinha fácil, perante os desafios que o IV Congresso lançou e a situação de vazio de poder, que se lhe seguiu, criada pela descontinuidade do projecto implementado pelos Órgãos Sociais cessantes;

- Na realidade, e sem demonstração de razão credível, a DN anunciou a indisponibilidade de apresentar a sua recandidatura, àquele Acto Eleitoral, facto sempre reiterado, ainda que, nas referidas reuniões de Julho, lhe tivesse sido solicitado que reconsiderasse essa rígida posição;

Por outro lado, não parece encontrar-se em estado de estabilidade desejável a situação da ADFA, em relação à sua imagem externa, perante alguns sectores institucionais e sociais.

Complementarmente, não foi benéfico, à vida da ADFA, o afastamento promovido entre dirigentes e associados, estes arredados da sua normal e estatutária participação, designadamente na área de Lisboa;

Não se descortinando um colapso financeiro da nossa Associação, também não é claramente visível uma situação estável na matéria.

Para tal, contribuiu no inconseguido aumento de receitas, que se reflectiu, por exemplo, no não alcance dos níveis desejáveis, de pagamento de quotas, e dos objectivos previstos, nos sectores produtivos existentes, para lá do insuficiente fluxo de subsídios, por parte das esperadas entidades financiadoras. Os vultuosos custos fixos são, porém, inexoráveis!

Apesar deste quadro, o mencionado grupo de associados, perante o previsível vazio de poder, decidiu, com alto sentimento associativo e no intuito de que a situação não se degrade, propor a plebiscito, no próximo Acto Eleitoral, uma lista de candidatos aos Órgãos Sociais Nacionais.

Constituiu consenso que será fundamental, para os que se disponibilizassem a assumir tão imperioso encargo, o evitar a tentação do exercício do poder pelo poder, num projecto em que caibam todos os associados que nele queiram participar, com elevação e dignidade.

Em orientação a tais fins, os presentes, na reunião de 2 de Setembro, dedicando-lhes um

alargado crédito de confiança, manifestaram a sua disponibilidade para trabalhar, a nível nacional, em prol do alcance dos objectivos primeiros da ADFA e dos definidos pelo IV Congresso, num permanente acompanhamento e partilha solidária com os associados, que agora assumem esta candidatura aos Órgãos Sociais Nacionais.

PRINCÍPIOS

Os elementos candidatos aos Órgãos Sociais Nacionais comprometem-se a cumprir, e fazer cumprir, os normativos estatutários, as deliberações da Assembleia Geral Nacional e as decisões do Conselho Nacional, tal como implementar a concretização das conclusões do IV Congresso.

Os candidatos, reconhecendo embora erros seus, cometidos no passado, e prestações menores, no exercício de funções associativas ANTERIORES, aceitam tais factos com humildade, sabendo colher deles, quais os caminhos a não seguir e que, nas tomadas de decisão, elas não podem deixar de reflectir o superior interesse dos associados, o que obriga à sua audição permanente.

Eles, a razão pela qual a ADFA foi criada, serão o objecto principal do trabalho e empenho dos Órgãos Sociais Nacionais, que se dedicarão ao encontro de soluções e motivos que os tragam de novo à participação associativa, dentro do mais salutar espírito de solidariedade e companheirismo; em complemento, proceder-se-á ao levantamento das suas necessidades, no âmbito do lazer, apoio social e de saúde, nomeadamente nos locais onde se torne mais fácil o isolamento e difícil a chegada dos meios de acompanhamento convenientes.

No sentido da obtenção de meios, que dêem suporte a essa cadeia solidária e aos custos fixos de toda a estrutura associativa, proceder-se-á ao levantamento da situação financeira da ADFA, saneando-a e gerindo-a com rigor, e buscar-se-ão diferenciadas fontes de financiamento, quer no encontro de novos centros produtivos, quer no recurso a projectos comunitários, disponíveis para esta área específica da deficiência, e no estabelecimento de protocolos e parcerias com outras instituições, melhor colocadas e conhecedoras no terreno.

Neste projecto de mudança, reconhece-se que, tal como no relacionamento interno, a ADFA se deve voltar para a sociedade envolvente, aproximando-a dos poderes públicos, da instituição militar, de todas as organizações nacionais e estrangeiras, que concorram para a dignificação da pessoa humana, designadamente as dedicadas à problemática da deficiência.

Tais tarefas, de necessidade prioritária, serão acometidas com empenho e entusiasmo, num clima

totalmente aberto de diálogo com os associados e a comunidade.

Ampliar-se-ão a dimensão e envolvimento nacionais, na definição das linhas orientadoras do futuro da nossa Associação, para cuja concretização plena se porão em prática as deliberações diversas, que obrigam a criação e início de funcionamento da futura Delegação de Lisboa, até ao final do primeiro semestre do ano de 2001.

Complementarmente, iniciar-se-á a reorganização administrativa, financeira e laboral da Associação, adequando-se a estrutura às necessidades e projectos, os gastos às receitas e o pessoal à justa medida dos objectivos a alcançar.

Conscientes, com modéstia, do lugar que à ADFA cabe no plano do seu relacionamento externo, saberemos, por outro lado, exigir o respeito e reconhecimento de que somos credores, por parte da comunidade, por termos cumprido, até ao limite da nossa entrega, o dever que ela nos pediu. Por isso,

Utilizaremos a nossa absoluta transparência associativa, nos contactos com o Governo, com as estruturas militares e instituições públicas e privadas, em relacionamento responsável e firme, mas manifestamente dialogante.

Procederemos à recuperação da voz acreditada da ADFA, nas matérias da reabilitação, arcando com o compromisso de um contributo intenso na definição de uma verdadeira Política Nacional de Reabilitação; consequentemente, tal postura obrigará a intervenção autorizada, nas estruturas nacionais respectivas, e participação activa, na definição de rumos novos para o movimento associativo dos deficientes portugueses.

Intensificaremos o posicionamento da ADFA nas relações internacionais e cooperação, como associação de deficientes militares, na divulgação e defesa dos problemas e direitos das vítimas civis e militares das guerras, numa atitude primordial em relação às considerações estratégicas e geo-políticas, que pontificam no plano militar mundial.

Teremos assim a paz, como bandeira, e a garantia da dignidade das desprotegidas vítimas de guerra, como lema!

Revigoraremos a reivindicação legislativa, junto do Ministério da Defesa, da qual priorizaremos os problemas dos deficientes militares mais desfavorecidos, para além das questões que carecem de resolução premente, no sentido da prática da justiça, seguindo o caminho apontado pelo IV Congresso.

Estes princípios basilares serão alcançados, com a aplicação, entre outros, dos seguintes

OBJECTIVOS

Abertura às instituições

Os Órgãos Sociais Nacionais pautarão a sua acção pela mais ampla abertura, profunda humanização de procedimentos e cordial solidariedade;

Abertura à sociedade civil, com solicitação imediata de audiências, para apresentação de cumprimentos, às instituições do Estado, organismos públicos e privados e organizações particulares, que concorram para o cumprimento dos objectivos da ADFA, a fim de os sensibilizar para a nova realidade, emergente do projecto de aplicação das conclusões do IV Congresso.

Tal empreendimento estender-se-á à instituição militar, no intuito do reforço de um relacionamento claro e perspectivado em pontos positivos, que concorram para a dignificação do deficiente militar, como elemento de prestígio das Forças Armadas Portuguesas.

A tarefa de levar, à opinião pública, as diversas vertentes da problemática da deficiência e de lhes dar visibilidade, será objectivo merecedor da maior atenção dos Órgãos Sociais Nacionais.

Por isso, se envidarão todos os esforços para a adesão dos órgãos da comunicação Social, à sua divulgação e tratamento; a ADFA, por si, ou integrando um movimento, que inclua outras organizações de deficientes e ou instituições oficiais, dedicadas às matérias da reabilitação, procurará promover jornadas de sensibilização de jornalistas, com tal intuito, porque quem não é visto, não é conhecido!

Abertura aos associados

A Abertura desejada aplicar-se-á aos associados, proporcionando-se-lhes espaço de crítica, diálogo e trabalho, sendo certo que, da síntese das diversas sensibilidades, surgirão os caminhos correctos a seguir pela nossa Associação

A visibilidade, a esta forma nova de estar da ADFA, será tarefa obrigatória e transparente do "Elo", que desenvolverá a sua linha editorial, aliás como se extrai do seu Estatuto Redactorial, dentro da função de independência que lhe está atribuída. Para tal, com a brevidade que a prudência reco-

mende, será constituído o Conselho Redactorial respectivo, o qual deverá indigitar a nomeação dos correspondentes director e director adjunto.

A prática da dimensão nacional da ADFA

Incentivar-se-ão os encontros entre a Direcção Nacional e as Direcções das Delegações, com a periodicidade, entre todos entendida por conveniente, para que seja profícua a envolvimento nacional nas nossas decisões colectivas. Providenciar-se-á que, tão rápido quanto possível, tais encontros sejam partilhados pelos representantes dos associados de Lisboa.

Em apoio a tal desiderato, incrementar-se-ão os meios de circulação de informação entre a Sede, as Delegações e Núcleos, designadamente com o recurso às novas tecnologias, com a distribuição da rede informática e a ligação à Internet.

Comissão instaladora da Delegação de Lisboa

Envidar-se-ão todos os esforços, no sentido do cumprimento do calendário definido pelo Conselho Nacional, para a criação e início de funcionamento da Delegação de Lisboa, procedendo a Direcção Nacional à nomeação da respectiva Comissão Instaladora, de harmonia com a auscultada vontade dos associados da área.

Terão os Órgãos Sociais Nacionais toda a disponibilidade de diálogo, a encetar com o todo associativo, para que o surgimento da nova Delegação ocorra com serenidade, compreensão e eficácia.

Reorganização administrativa e de pessoal

Urge, a nível nacional e, sobretudo, da Sede, proceder a uma profunda reestruturação organizativa, administrativa e de pessoal, questão que será encarada com rigor e frontalidade, não se descurando, no entanto, a sua faceta humana; defender-se-ão, porém, os interesses primeiros da ADFA.

Será, todavia, objectivo deste projecto, o aprofundamento das relações humanas entre os Órgãos Sociais, os trabalhadores e os associados.

No sentido do aprofundado conhecimento da real situação que a ADFA vive, e no intuito da salvaguarda da dignidade e responsabilidade dos dirigentes cessantes e futuros, mandará proceder-se às auditorias convenientes.

Legislação

A política reivindicativa da ADFA assentará nas inovações e actualizações introduzidas, pelas conclusões do IV Congresso, no caderno apresentado ao Ministério da Defesa, em Janeiro de 1996.

De entre elas, constituirão prioridade os problemas dos deficientes militares sem pensão, a rede nacional de apoio aos afectados pelo "stress" de guerra, a aplicação do último escalão de todos os postos aos deficientes militares, a problemática das promoções, e a acentuada melhoria da prestação de cuidados de saúde, por parte dos hospitais militares, onde a mesma não difira pela razão do posto dos utentes.

A ADFA manifestará o seu total desacordo pela alteração da classificação e grau de incapacidade dos deficientes militares em serviço, por parte das Juntas da Caixa Geral de Aposentações, o que constitui um perfeito atestado de menoridade ética e profissional à reconhecida competência dos Serviços e Juntas de Saúde Militares.

Apoio aos sócios

Sem prejuízo daquela legislada prestação militar, a ADFA procurará estabelecer protocolos de colaboração com várias entidades, estatais ou privadas, dirigidos à saúde e bem estar dos associados e suas famílias, sobretudo aos mais afastados dos normais locais de acedência a esse tipo de cuidados.

A nossa Associação empenhar-se-á em estender tal colaboração a projectos de reabilitação, com outras instituições de deficientes e idosos.

Em tal sentido, procurará criar-se, nas Delegações onde as necessidades o justifiquem, centros de fabrico, reparação e manutenção de Ajudas Técnicas, em colaboração com CRPG e alguns ministérios.

Promover-se-á o desenvolvimento de projectos culturais, desportivos, recreativos e de turismo, em parceria com outras instituições publicas ou privadas, concorrendo-se a patrocínios e a subsídios de alguns programas específicos.

Com a colaboração das Delegações e Núcleos,

iniciar-se-á o levantamento das necessidades actuais e previsíveis dos associados, no âmbito da saúde, assistência social e domiciliária, tal como de apoio à nossa prematura velhice, no intuito da procura de suporte a projectos que permitam a resolução das carências detectadas, através da aplicação dos financiamentos já definidos no 3.º Quadro Comunitário de Apoio.

Face ao precoce envelhecimento dos seus associados, constituirá preocupação de fundo da ADFA a recondução da política de assistência do Lar Militar, às suas origens; Em tal sentido, incentivar-se-á a intervenção da ADFA e procurará reacender-se a dinâmica do respectivo Conselho Consultivo, em franco e aberto diálogo com o Ministério da Defesa, a Direcção da Cruz Vermelha Portuguesa e a Direcção daquele estabelecimento.

A ADFA empenhar-se-á fortemente no encontro de soluções válidas e definitivas, através das quais o Estado português termine com a vergonhosa situação de completo abandono, em que estão mergulhados os seus associados africanos que, adquiridas as suas deficiências ao serviço das nossas Forças Armadas, decidiram manter residência nos seus países de origem. Para além de apoiar o desenvolvimento da actual estrutura associativa, em Moçambique, a nossa Associação irá promover o desejado aparecimento de estruturas congéneres, em Angola e Guiné-Bissau.

Em complemento de tal iniciativa, desenvolver-se-á um Observatório para fazer o diagnóstico da situação, utilizando uma linha directa de apoio ao associado.

Por outro lado, será imprescindível promover programas aliciantes e atractivos, que incentivem a participação dos associados, na vida da ADFA, e contribuam para a captação e cativação das novas

gerações de deficientes militares, acidentados depois do final da "Guerra Colonial", designadamente os oriundos das forças humanitárias e de manutenção de paz da ONU.

Atendendo, ainda, a que não existe, entre os associados, um conhecimento generalizado das Tecnologias de Informação, procurará desenvolver-se um programa de formação e acesso à Sociedade de Informação, a nível nacional, com apoio na mencionada rede a distribuir por Delegações e Núcleos, e concorrendo, para tal efeito, aos subsídios do programa ACESSO, do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Novas fontes de financiamento

Aproveitar-se-á a inevitável transferência da Tipografia-Escola, para lançar o seu futuro enquadramento no sistema produtivo da ADFA, adequando-a às novas realidades de gestão, preconizadas pelas conclusões do IV Congresso.

Tal reformulação expandir-se-á às actuais prestações de serviços de que a Associação dispõe, no sentido da sua reestruturação, rentabilização e eficácia.

Definido o actual quadro de investimentos, deverá ampliar-se a sua área de intervenção, não se desviando o mesmo do âmbito dos objectivos da ADFA.

Cumpra, assim, reavaliar o mérito dos projectos da "Quinta das Camélias" e "Miraforma", aquilatan-do-se a sua valia para o futuro desenvolvimento destes objectivos.

Reabilitação

A ADFA pugnar-á pela elaboração e aplicação de uma verdadeira Política nacional de Reabilitação.

que contribua definitivamente para a dignificação da pessoa deficiente, com a sua plena integração e participação social na comunidade em que se insere.

Em tal orientação, reformular-se-á a forma de intervenção nas estruturas nacionais da reabilitação (Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Trabalho e Solidariedade, Conselho e Secretariado Nacionais para a Reabilitação e Integração da Pessoa Deficiente, etc.), para que o surgimento e implementação dessa política seja uma realidade objectiva e concreta.

Para alcançar tão desejável objectivo, a ADFA estará disponível para contribuir para o encontro de novas vias de coesão que, de forma descomprometida, dêem visibilidade e união ao movimento associativo dos deficientes, em Portugal, promovendo, para a sensibilização de entidades oficiais e privadas e opinião pública, a realização de forums e seminários, sobre a reabilitação e coesão social dos deficientes.

O conhecimento adquirido pela ADFA na área do desporto para deficientes, irá ser posto à disposição da Federação respectiva, para o incremento de tão salutar prática, por parte das pessoas deficientes, e seu melhor conhecimento, por parte da comunidade.

Relacionamento internacional

A ADFA deverá apontar a sua acção, a nível internacional, para os grandes objectivos da reabilitação dos deficientes e, em especial, dos militares.

Assim, a sua intervenção na FMAC terá como absoluta prioridade os problemas das vítimas militares e civis das guerras, incluindo as que são alvo de desalojamentos, sevícias e arbitrariedades.

Mais que a defesa de posições, em relação à correlação de forças no espectro militar mundial regional, voltaremos a participação da ADFA para sua essência: A solidariedade com os que sofrem com qualquer dos maltratos que a guerra provoca.

A ADFA, dentro do que na matéria o Congresso produziu, irá sensibilizar o movimento associativo dos militares para que, de entre as suas associações, elijam um seu representante para a FMAC, com o intuito de ali ser levada, por quem deve, a voz dos ex-combatentes portugueses.

Associação de cegos de guerra

Desejavelmente, a ADFA deve incrementar sua participação e estreitar laços com o IICG (Associação de Cegos de Guerra) e reequacionar sua presença na RI (Rehabilitation International) delas colhendo a melhor actualização das novas tecnologias da reabilitação, numa perspectiva abertura ao mundo, que nos torne próximos problemas dos deficientes de qualquer parte do globo e as formas de resolução para eles encontradas.

Cooperação

Dentro dos contactos e projectos iniciados procurará potenciar-se o trabalho já desenvolvido criando novas formas de cooperação, com os deficientes dos PALOP e Timor.

Neste quadro se deverão desenvolver, de forma solidária com os deficientes militares dos respectivos países, os apoios da área da reabilitação que Portugal, com a colaboração da ADFA, deve fazer chegar aos militares africanos, que integram as nossas Forças Armadas. *

Conselho Nacional - Lista A

Lista Autónoma ao Conselho Nacional da ADFA/lista A

CONSELHEIROS EFECTIVOS

| | |
|---|-----------|
| Humberto Sertório Fonseca Rodrigues | n.º 150 |
| Jerónimo Dias Moreira de Sousa | n.º 8237 |
| Augusto António Catarino Salgado | n.º 6627 |
| Manuel Rocha Ferreira | n.º 3144 |
| Amândio Acácio Pires | n.º 2075 |
| António dos Santos Carreiro | n.º 1334 |
| João Manuel Sarmento Coelho | n.º 1868 |
| José Adelino Figueira Guerra | n.º 4753 |
| José Luís Rodrigues Noronha | n.º 1625 |
| José Manuel da Silva Furtado | n.º 20 |
| Ludgero dos Santos Sequeira | n.º 10132 |
| Jaime Ferreri de Gusmão Gonçalves | n.º 2420 |

CONSELHEIROS SUPLENTES

| | |
|---------------------------------------|-----------|
| José Horta Carneiro | n.º 2928 |
| Luís Baltazar Simões Ribeiro | n.º 65 |
| Almiro Pais Correia | n.º 1442 |
| Hugo António Constantino Guerra | n.º 10419 |

Programa de Acção

Os associados candidatos pela Lista Autónoma ao Conselho Nacional, resultante da reunião de 2 de Setembro de 2000, na Sede Nacional, com a presença de várias Delegações e associados de Lisboa, propõem-se, na linha da grande reflexão associativa que foi o IV Congresso, realizado em Abril passado:

1 - Adoptar uma postura de dignificação do Conselho Nacional defendendo a melhor forma de prosseguir os objectivos da ADFA sem preocupações de alinhamentos com quaisquer órgãos sociais ou sensibilidades.

2 - Ter como determinantes da sua acção as 54 conclusões do IV Congresso, trabalhando para as levar à prática. Estas são do conhecimento de todos e encontram-se publicadas no ELO de Maio, Nº 297, pag. I e II do suplemento IV Congresso.

3 - Desenvolver a sua actividade tendo especial atenção pelas áreas da reabilitação, reivindicação legislativa, organização interna, com empenho pela criação da Delegação de Lisboa, e participação associativa de todo nacional.

4 - Definir as linhas orientadoras da participação da ADFA nas organizações internacionais, não esquecendo o estreitamento de relações com os PALOP.

5 - Assegurar que o CN se preocupe essencialmente com as linhas de orientação das grandes questões associativas, procurando que as matérias da competência de órgãos executivos não prejudiquem o que devem ser os debates e deliberações do Conselho Nacional.

Conselho Nacional - Lista B

Lista Autónoma ao Conselho Nacional da ADFA/lista B

CONSELHEIROS EFECTIVOS

| | |
|---|-----------|
| José Eduardo Gaspar Arruda | n.º 593 |
| José Martins Maia | n.º 244 |
| Alberto Manuel Brum da Costa | n.º 9 |
| António do Carmo Vicente | n.º 9358 |
| José Elias Gabirro Fernandes | n.º 475 |
| Luís Almeida Machado | n.º 1158 |
| Liakatali Fakir | n.º 9428 |
| Titos David Cuna | n.º 13658 |
| Joaquim Francisco Couceiro Ferreira | n.º 1 |
| João Fernando de Carvalho | n.º 100 |
| Armando Ramos Alves | n.º 248 |
| Mário Soares Dias | n.º 716 |

CONSELHEIROS SUPLENTES

| | |
|-----------------------------------|----------|
| José Alberto Bento Raimundo | n.º 1152 |
| Armando de Jesus dos Santos | n.º 3978 |
| Armindo Matos Roque | n.º 272 |
| Amandio Sanches Antunes | n.º 113 |

Programa de Acção

"EM ASSOCIAÇÃO DE ALMA E CORAÇÃO"

Os associados integrantes da presente lista, conscientes do relevante papel que cabe ao Conselho Nacional em todas as matérias da vida associativa, comprometem-se a:

1. Criar as condições para o desenvolvimento e aprofundamento da vida associativa de forma a que todos os associados possam participar activamente nos mais diversos assuntos, em espírito de plena liberdade de expressão e opinião.

2. Adoptar como grande princípio norteador, as conclusões do 4º Congresso, tendo como instrumentos de actuação o humanismo, a solidariedade e o companheirismo, valores que estão na génese da nossa Associação.

3. Defender intransigentemente a reparação moral e material devida a todos os deficientes militares, nomeadamente no que respeita à assistência médica e protésica condigna e acesso ao último escalão dos respectivos postos, conforme a legislação determina.

4. Pugnar pela coesão associativa onde não haja

excluídos por pensarem ou agirem de "forma diferente".

5. Exigir que o Conselho Nacional da ADFA assumira inequivocamente e conforme lhe compete a definição das políticas de reabilitação e reintegração dos deficientes, em particular dos militares, a nível nacional e internacional.

6. Contribuir para que, conforme já se encontra definido, a criação da Delegação de Lisboa seja efectiva, num processo harmonioso que se intente no todo nacional.

7. Propor ao Conselho Nacional a convocação de uma Assembleia Geral Extraordinária, para apreciar e debater a aplicação das conclusões do Congresso, sobre a matéria específica das reivindicações legislativas e a adopção de um plano de relançamento estratégico.

Tendo consciência de que não somos os únicos detentores da verdade, estamos abertos a outras verdades, pois que só na síntese de todas as encontraremos a força e a coesão para os desafios do futuro.

Listas candidatas aos Órgãos Sociais de Delegação para o triénio 2000-2003

BRAGANÇA - Lista A

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

| | | |
|----------------|----------------------------|-----------|
| Presidente | António Eugénio Fernandes | n.º 8297 |
| 1.º Secretário | Valdemar Luís Ramos | n.º 12810 |
| 2.º Secretário | José Augusto Pereira Gomes | n.º 2779 |

DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

| | | |
|------------|---------------------------------|----------|
| Presidente | Domingos António Seca | n.º 2778 |
| Secretário | José Manuel Rodrigues Cristovão | n.º 2789 |
| Tesoureiro | Francisco António Fernandes | n.º 5455 |

CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

| | | |
|------------|-------------------------------|----------|
| Presidente | Jorge Augusto Alves Rodrigues | n.º 6467 |
| Relator | José Clemente Reis | n.º 2774 |
| Vogal | Gil do Espírito Santo Martins | n.º 2777 |

Conselho de Delegação/Lista A

CONSELHEIROS EFECTIVOS

| | |
|------------------------------|----------|
| Olimpio Sebastião Ferreira | n.º 2783 |
| Manuel Joaquim Morais | n.º 2775 |
| Aníbal dos Santos Fernandes | n.º 5348 |
| Mário dos Santos Geraldês | n.º 7408 |
| Vitoriano de Jesus Veríssimo | n.º 5348 |
| Manuel Jorge Afonso | n.º 2775 |
| Emidio dos Santos Garcia | n.º 1016 |

CONSELHEIROS SUPLENTES

| | |
|-----------------------------------|-----------|
| Anselmo Ressurreição Vicente Ruço | n.º 10916 |
| Luís Manuel Mendes | n.º 8297 |

Programa de Acção/Bragança

Os Órgãos Sociais da Delegação de Bragança, que exerceram o mandato anterior, assumiram nova candidatura. Fizeram-no em 1.º lugar, porque não apareceu alternativa e em 2.º lugar não quiseram deixar cair a Delegação num vazio directivo, porque a Delegação sem direcção seria como uma casa sem dono.

Não vamos prometer milagres, mas prometemos continuar a trabalhar cada vez com mais força dentro do nosso saber e das nossas capacidades, para que a ADFA seja mais forte e mais coesa, não só a nível de Delegação mas em todo território nacional.

Vamos lutar pelos direitos daqueles que ainda não foram reconhecidos por qualquer legislação e por aqueles que têm pensões de miséria.

Prestar atendimento aos associados o mais personalizado possível.

Informá-los dos seus direitos e dos deveres para com a ADFA, dar resposta aos seus problemas apresentados na Delegação no mais curto espaço de tempo.

Desenvolver acções de informação e outras aos deficientes que ainda andam perdidos, principalmente aos Deficientes do foro psiquiátrico. Ir ao encontro dos associados que apresentem carências acentuadas e dentro do possível tentar minimizá-las.

Apoiar e colaborar com os Órgãos Sociais Nacionais e demais Delegações, nos projectos de interesse nacional e local.

Não deixaremos de continuar a trabalhar cada vez mais uma autonomia financeira da Delegação.

CASTELO BRANCO - Lista A

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

| | | |
|----------------|---------------------------|-----------|
| Presidente | João Morgado Carmona | n.º 10068 |
| 1.º Secretário | Manuel dos Santos Marques | n.º 14022 |
| 2.º Secretário | Manuel Pereira Amaro | n.º 1 225 |

DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

| | | |
|------------|------------------------------|-----------|
| Presidente | José Eduardo Garrido Nunes | n.º 1806 |
| Secretário | Abel Barata Fernandes Santos | n.º 11542 |
| Tesoureiro | António Roque | n.º 11350 |

CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

| | | |
|------------|------------------------------|----------|
| Presidente | João Reis Gil | n.º 8121 |
| Relator | João José Mangana dos Santos | n.º 2019 |
| Vogal | Vicente Campos Gameiro | n.º 1972 |

Conselho de Delegação/Lista A

CONSELHEIROS EFECTIVOS

| | |
|--------------------------------|-----------|
| José Manuel Martins Ribeiro | n.º 1270 |
| Francisco J. Sousa Carrega | n.º 1844 |
| João Peixoto Coelho | n.º 12123 |
| Joaquim de Jesus Duarte | n.º 4 748 |
| António Goulão Amoroso | n.º 3 285 |
| José Alves Batista de Oliveira | n.º 7 378 |
| António Martins Quintela | n.º 10966 |

CONSELHEIROS SUPLENTES

| | |
|---------------------------------|----------|
| José Fernando Delgado Gonçalves | n.º 3872 |
|---------------------------------|----------|

| | |
|------------------------|----------|
| Joaquim Mendes Almeida | n.º 5231 |
| Marcos Raposo Vicente | n.º 9089 |

COIMBRA - Lista A

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

| | | |
|----------------|-------------------------------------|----------|
| Presidente | Joaquim Alberto Padilha de Oliveira | n.º 506 |
| 1.º Secretário | Manuel Fernando Quinteira S. Lucas | n.º 6269 |
| 2.º Secretário | José Maria Damas dos Santos Pinto | n.º 6618 |

DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

| | | |
|-----------------|-----------------------------------|----------|
| Presidente | Manuel Correia da Cruz Parracho | n.º 4435 |
| Vice Presidente | António Jorge Silva | n.º 218 |
| 1.º Secretário | Mário António Ferreira dos Santos | n.º 1107 |
| 2.º Secretário | Manuel Correia de Bastos | n.º 1312 |
| Tesoureiro | Vitor Manuel Silva Oliveira | n.º 218 |

CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

| | | |
|------------|---|----------|
| Presidente | José Soles Girão | n.º 895 |
| Relator | José de Almeida Silva | n.º 2278 |
| Vogal | Carlos Alberto Oliveira de Deus Almeida | n.º 6214 |

Conselho de Delegação/Lista A

CONSELHEIROS EFECTIVOS

| | |
|-----------------------------------|-----------|
| António Augusto Almeida Santos | n.º 1998 |
| António Luis Pinto Pereira | n.º 9035 |
| José Rodrigues Fernandes | n.º 13180 |
| António José Pinto Carvalho | n.º 6386 |
| António Fernando Abrunhosa Amorim | n.º 2702 |
| José dos Santos Dias Temido | n.º 233 |
| Vitor Manuel Alves Rochete | n.º 912 |
| José Luis de Matos | n.º 4590 |
| Mário Dinis dos Santos | n.º 1326 |
| Pedro Miguel Taborda Lourenço | n.º 14159 |

CONSELHEIROS SUPLENTES

| | |
|-------------------------------|-----------|
| José Luis de Matos | n.º 4590 |
| Mário Dinis dos Santos | n.º 1326 |
| Pedro Miguel Taborda Lourenço | n.º 14159 |

Programa de Acção/Coimbra

A HISTÓRIA

A Delegação de Coimbra foi das primeiras Delegações regionais da ADFA, a ter existência e Sede própria e nasceu fruto das dificuldades e das necessidades de integração social sentidas pelos muitos Deficientes Militares de toda esta região.

Assim um grupo de Deficientes Militares mais consciente das referidas dificuldades e necessidades de todos os que se deficientaram durante a prestação do serviço militar, fundou a 4 de Julho de 1974 a Delegação de Coimbra.

Delegação que desde a sua fundação pugnou pelos princípios que estiveram na base da fundação da ADFA Nacional, tendo ao longo da sua existência sido das Delegações mais activas na defesa dos referidos princípios.

Além desses objectivos principais que ainda não foram integralmente atingidos tem esta Delegação em pleno funcionamento duas Secções, Pesca e Campismo, de acção social e recreativa, que muito têm contribuído para a dinamização da ADFA.

A secção de Campismo dá apoio logístico aos associados a nível nacional.

Para uma maior intervenção junto dos associados, já estão em funcionamento os Núcleos de Aveiro e de Leiria.

RAZÕES DA NOSSA CANDIDATURA

Tendo consciência, por um lado, dos objectivos que estiveram na origem da fundação da Associação e por outro daquilo que ainda falta fazer para atingir tais objectivos, decidimos dar o nosso contributo candidatando-nos aos Órgãos Sociais da Delegação tendo como ponto de honra pugnar pela continuação da Defesa do Projecto Associativo Nacional estabelecido em 1995 e ratificado pelo IV Congresso da ADFA.

FADOS EM AVEIRAS

25 de Novembro, Sábado

O Núcleo de Aveiras de Cima vai recuperar a habitual noite de fados, na ocasião da ribatejana evocação de S. Martinho, na Casa do Povo daquela localidade.

Programa a divulgar na próxima edição do ELO.

RAZÕES E OBJECTIVOS

ACÇÃO, DINAMIZAÇÃO, INTERVENÇÃO, APOIO
VÁRIOS NÍVEIS DAS INTERVENÇÕES

NÍVEL INTERNO

Dinamização de serviços; Intervenção no meio para divulgar a imagem da ADFA; Acções no âmbito da casuística, que permitam ir ao encontro dos expedicionários ainda afastados da ADFA; Intervenção em toda a área de intervenção da Delegação.

Apoio médico: Gabinete médico na Sede: triagem e aconselhamento.

NÍVEL EXTERNO

Dinamização e estímulo para aumentar o número de núcleos; Apoio e formação dos elementos directivos dos núcleos: com vistas à autonomia.

Planificação do recurso das Assist. e serviços de dinamização social das câmaras para atingir todas as freguesias; Promover o reforço do exercício de intervenção nos órgãos centrais.

Novos espaços, nova sede com serviços básicos de Apoio.

Protocolos para apoios de Centros de dia que sirvam o DFA.

RELAÇÕES ADMINISTRATIVAS:

Com Órgãos Directivos: Centrais; Regionais; Locais

Levar a cada lar e cada deficiente; uma palavra de apoio e de confiança no dia que há-de vir.

Sensibilização da sociedade para a problemática do deficiente.

Trazer a sociedade ao espaço do deficiente, com motivações de participação.

ÉVORA - Lista A

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

Presidente Inácio Augusto Carmelo Grazina n.º 652
1º Secretário Manuel Maria n.º 1994
2º Secretário João António Cardoso Jaleca n.º 1204

DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

Presidente Manuel Joaquim Calhau Branco n.º 1591
Secretário Agripino José Ludovico Cascalho n.º 1586
Tesoureiro Augusto José Rato Barreto n.º 12179

CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

Presidente João Quinha Azinhais n.º 925
Relator Manuel José Pinheiro Miradouro n.º 6112
Vogal Manuel Jacinto Bonifácio Pechincha n.º 6626

Conselho de Delegação/Lista A

CONSELHEIROS EFECTIVOS

Francisco José Canelas n.º 1152
Augusto José Marchante de Oliveira n.º 1203
Fernando Manuel Barroso n.º 1997
João Carlos Figueiredo Nobre n.º 2262
Joaquim José Costa Agulhas n.º 3457
Alberto dos Santos Vargues n.º 4109
João Manuel Mõcho Rôlo n.º 6177

CONSELHEIROS SUPLENTES

Florentino Joaquim Polido Valadas n.º 2426
Arnaldo José Malveiro n.º 7692

Programa de Acção/Évora

A lista candidata aos órgãos sociais de Delegação para o próximo triénio é simultaneamente nova e de continuidade.

De continuidade porque nela voltam a estar presentes muitos dos associados que desde há cerca de uma década vêm representando e gerindo a Delegação.

Nova porque, desta vez, foi possível criar um movimento de empenhamento dos associados e de fazer ajustamentos que, acreditamos, possibilitarão uma gestão mais dinâmica e eficaz, mais virada para questões internas da Delegação e para o acompanhamento dos problemas que, cada vez mais, afectam os associados.

Prosseguiremos como fizemos nos últimos anos, acções de descentralização no vasto território da delegação com vista ao empenhamento e dinamização dos associados mais afastados da Sede, visando a possível constituição de núcleos.

Outra linha de acção que encetaremos é a da formação associativa e do aprofundamento da troca de informações na área legislativa através de acções específicas para esses efeitos organizadas.

No mesmo sentido reforçaremos os mecanismos de apoio administrativo e social aos associados, com especial atenção às situações de "stress de guerra".

Ao nível interno iniciaremos a reabilitação das instalações da Delegação e a requalificação das condições de trabalho e funcionamento.

Outra linha de acção a que dedicaremos especial atenção é a realização de iniciativas tendentes a reforçar o espírito associativo intra e inter Delegações para o que promoveremos encontros de reflexão e convívio com outras Delegações bem como convívios, sessões de esclarecimentos, visitas guiadas, com especial atenção aos aniversários da Associação e às Festas de Natal.

Prosseguiremos o tipo de relações cooperantes a fraternas com outras associações de deficientes e com entidades civis a militares no sentido de encontrarmos as melhores soluções para os problemas dos nossos associados, integrando comissões e grupos de trabalho. Nessa linha continuaremos a privilegiar os contactos e relações com as instituições Militares.

Finalmente, garantiremos o rigor orçamental que permitirá encarar sem preocupações a vida associativa.

FAMALICÃO - Lista A

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

Presidente Venâncio Joaquim Quaresma Silva n.º 179
1º Secretário Fernando Rebelo Gonçalves n.º 1308
2º Secretário Joel Osório Antunes Bezerra n.º 4031

DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

Presidente Anquises Fernando C. B. Carvalho n.º 3505
Secretário Augusto Correia da Silva n.º 82
Tesoureiro Armando Barbosa de Sá n.º 13930
1.º Vogal Joaquim Manuel Martins da Mota n.º 4024
2.º Vogal António Soares Rodrigues n.º 9388

CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

Presidente Joaquim Ribeiro Ferreira n.º 4021
Relator José Maria Gomes Cerqueira n.º 4022
Vogal José Maria Martins da Silva n.º 13559

Conselho de Delegação/Lista A

CONSELHEIROS EFECTIVOS

José António Mota Vieira n.º 22
Mário Alves de Oliveira n.º 7473
Telmo Ferreira de Oliveira n.º 12654
Fernando Ferreira n.º 4028
Joaquim Gomes de Sá Miranda n.º 3869
Joaquim Fernandes n.º 6151
Domingos de Freitas Ribeiro n.º 1810

CONSELHEIROS SUPLENTES

José Maria Gonçalves Ferros n.º 7333
Vitor Manuel Oliveira Cunha n.º 4054
Abílio de Oliveira Lopes n.º 6165

Programa de Acção/Famalicão

I A RAZÃO DA NOSSA CANDIDATURA:

- A - Continuar o programa e objectivos actuais
- B - O respeito que nos merecem os associados, entidades e associações que conosco trabalham e colaboram
- C - A perspectiva de alargamento e engrandecimento do Museu da Guerra Colonial

II PROGRAMA A DESENVOLVER NO TRIÉNIO DE 2000-2003

INSTALAÇÕES

- A - Dotar o Museu da Guerra Colonial com instalações próprias, se possível, ou proceder ao seu alargamento
- B - Procurar dotar o núcleo de Braga com instalações próprias
- C - Procurar implantar núcleos da ADFA nos concelhos de Barcelos e Fafe
- D - Pugnar pela concretização das decisões do IV Congresso da ADFA em sintonia com a Direcção Nacional e restantes Órgãos Nacionais

DINAMIZAÇÃO

- A - Fomentar e realizar reuniões descentralizadas com os associados
- B - Pugnar pelo diálogo com os órgãos autárquicos da área da delegação em benefício dos associados
- C - continuar a política de saúde, com implantação de mais valências médicas e outras de apoio social e cultural
- D - Pugnar pela total eliminação das barreiras arquitectónicas existentes
- E - Continuar dentro do possível a realizar os dois eventos mais representativos e aglutinados a nível interno, as festas de aniversário e de Natal.

CONCLUSÃO

- Queremos continuar o projecto em que estamos envolvidos;
- Queremos dar seguimento às directrizes emanadas do IV Congresso; Prometemos trabalhar com dedicação à Delegação e à ADFA.

FARO - Lista A

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

Presidente José António Pereira S. Morte n.º 8574
1º Secretário José Xavier Coelho Prata n.º 1984
2º Secretário Artur Martins Cabrita n.º 4195

DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

Presidente José Nicolau Rufino n.º 384
1º Secretário João Angelo Fernandes n.º 7859
2º Secretário José Maria Sião Custódio n.º 4400
3º Secretário António José Anselmo Leal n.º 7693
Tesoureiro José Manuel das Neves Perpétua n.º 2387

CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

Presidente José Francisco Guerreiro dos Santos n.º 10880
Relator Florentino José Esteves Pacheco n.º 11847
Vogal Duarte Silvestre Marques Martins n.º 5166

Conselho de Delegação/Lista A

CONSELHEIROS EFECTIVOS

José Martins Raimundo n.º 1533
António Custódio Ramos n.º 7021
Joaquim Vitorino Campos n.º 7070
Sérgio Pedro dos Reis Dias n.º 8731
António Joaquim Tendeiro n.º 10400

| | |
|-------------------------------------|-----------|
| Vitor Manuel da Costa | n.º 10018 |
| José Joaquim Guerreiro Mestre | n.º 11845 |
| CONSELHEIROS SUPLENTE | |
| António Chagas Fialho | n.º 7442 |
| Horácio José Fernandes Luz | n.º 13841 |

Programa de Acção/Faro

A razão porque nos candidatamos novamente conforme alteração estatutária é porque não aparece ninguém a organizar nova lista e como consequência e em consciência, nós não podemos voltar as costas à ADFA, como grande organização que é, onde todos juntos não somos de mais, devemos defender os nossos direitos a nível Nacional e Internacional, porque a ADFA já está além fronteiras como é óbvio, com o esforço de todos.

Com provas dadas, apresentamos mais uma vez, perante os associados da Delegação de Faro, que é todo o Algarve e parte do Baixo Alentejo, com a firme disposição de lutar pelos mais altos leais da ADFA na defesa dos reais interesses dos deficientes e seus familiares, como um todo na Nação Portuguesa.

O bar da Delegação tem condições para receber os associados e seus familiares e amigos, são todos bem recebidos.

Procuramos continuar a dar a conhecer a ADFA e os seus reais problemas e as suas lutas, na defesa dos direitos dos militares que se deficientaram ao serviço das Forças Armadas.

FUNCHAL - Lista A

| | |
|--|------------------------------------|
| MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO | |
| Presidente | Rui Manuel Catanho Silva |
| 1.º Secretário | Manuel Ferreira |
| 2.º Secretário | José Aníbal C. Correia |
| DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO | |
| Presidente | Ivo A. G. Faria Paulino |
| Secretário | Armando A. Vieira Costa |
| Tesoureiro | João José Nobre Pereira |
| 1.º Vogal | José Estevão de Abreu |
| 2.º Vogal | Manuel Brás Costa |
| CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO | |
| Presidente | José João Macedo |
| Relator | Cândido Oscar F. D. Ferreira |
| Vogal | Francisco Abreu Fernandes |

Conselho de Delegação/Lista A

| | |
|----------------------------------|-----------|
| CONSELHEIROS EFECTIVOS | |
| Maria Cândida França | n.º 12491 |
| Daniel José Nóbrega Alves | n.º 6012 |
| João Sousa | n.º 5645 |
| José Agostinho Nóbrega | n.º 2522 |
| João Paulo Gomes | n.º 3739 |
| Manuel Freitas Gouveia | n.º 4502 |
| João Freitas Torres | n.º 1722 |
| CONSELHEIROS SUPLENTE | |
| Hugo Romão Luís Fernandes | n.º 11888 |
| João Silva Alves | n.º 12908 |
| Fernando Aurélio Gonçalves | n.º 8994 |

PONTA DELGADA - Lista A

| | |
|--|--|
| MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO | |
| Presidente | Manuel Pereira de Medeiros |
| 1.º Secretário | Dídio Luís Viveiros Correia |
| 2.º Secretário | Manuel Botelho Tavares |
| DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO | |
| Presidente | Jaime Fernando Leite Domingues |
| Secretário | Humberto Dinis Viveiros |
| Tesoureiro | Carlos José Furtado |
| 1.º Vogal | Carlos Alberto Tavares Sebastião |
| CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO | |
| Presidente | Tobias de Melo Medeiros |
| Relator | Vasco Amandio Botelho |
| Vogal | Hermano Aguiar Teves |

Conselho de Delegação/Lista A

| | |
|--------------------------------------|-----------|
| CONSELHEIROS EFECTIVOS | |
| Fernando Maciel da Rosa | n.º 13239 |
| Luís Alberto Borges Cabral | n.º 6975 |
| José Jacinto Cabral | n.º 5317 |
| Adão Manuel Leonardo | n.º 4634 |
| CONSELHEIROS SUPLENTE | |
| José Pauline | n.º 5025 |
| Brivaldo da Silva Bet. Picango | n.º 7449 |
| António Neves da Silva Vicente | n.º 7647 |

Programa de Acção/Ponta Delgada A

Unidade, Trabalho, Acção, Eficácia, Competência, Liberdade, Transparência e Seriedade
É esta a nossa luta e o nosso lema.
O nosso Programa de Acção está essencialmente patente no balanço de actividades que se

anexa a este documento e que é fruto do trabalho recente já desenvolvido neste mandato que agora termina, por um grupo de pessoas sérias, honestas, competentes, trabalhadoras e experientes.

É por isso que somos uma lista de unidade, continuidade e progresso.

De Santa Maria ao Corvo, dos Estados Unidos ao Canadá, onde quer que estejam os nossos Associados, todos nos merecem o mesmo respeito e o mesmo tipo de tratamento em igualdade de direitos e circunstâncias.

Propomo-nos ainda:

A - Prosseguir e melhorar a nossa acção junto dos associados mais afastados.

B - Alargar o nosso horário de atendimento administrativo e apoio a associados de acordo com as circunstâncias associativas e financeiras.

C - Combater o divisionismo e rejeitar interferências externas de grupos ou de pessoas que nada fazem nem deixam fazer os outros.

D - Lutar pelo cumprimento do nosso estatuto especial para os Açores.

E - Dar início às obras de renovação da nossa Sede

F - Lutar pela definição dos descontos nos transportes Aéreos SATA.

G - Continuar a lutar pelo lar de 3ª idade, gabinetes médicos, oficina de próteses e ortóteses, etc.

H - Formação de dirigentes

I - Restabelecer os convívios entre todos os associados de acordo com as circunstâncias associativas e financeiras.

PONTA DELGADA - Lista B

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

| | |
|----------------------|--|
| Presidente | José Cabral Viveiros |
| 1.º Secretário | António Luís Melo Castelo Branco |
| 2.º Secretário | Tiago Luís Macedo Melo |

DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

| | |
|------------------|------------------------------------|
| Presidente | João Natalino Couto Fragoso |
| Secretário | Eduardo Jorge Vicente Cabral |
| Tesoureiro | Manuel Eduardo Cabral |

CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

| | |
|------------------|--------------------------------------|
| Presidente | Severiano Luís Pacheco Almeida |
| Relator | Victor Medeiros Sousa Puim |
| Vogal | João Manuel da Costa Massa |

Conselho de Delegação/Lista B

CONSELHEIROS EFECTIVOS

| | |
|--------------------------------------|----------|
| Manuel Francisco Soares Alegre | n.º 4516 |
| Jorge Alberto Rego França | n.º 8774 |
| Moisés Pereira da Luz | n.º 5520 |

CONSELHEIROS SUPLENTE

| | |
|--------------------------------------|----------|
| António Branco Lopes Gonçalves | n.º 2634 |
| Jorge Costa Cacilhas | n.º 5560 |
| Manuel Correia de Sousa | n.º 4517 |
| António Viana Custódio | n.º 5342 |

Programa de Acção/Ponta Delgada B

Mais uma vez os associados vão ser chamados a eleger os corpos sociais nacionais e da região para o triénio 2000/2003.

A lista "Alternativa com Dignidade" apresenta-se fortemente motivada e com uma atitude de grande responsabilidade.

Estamos dispostos a contribuir com todo o nosso esforço e vontade para a solução dos problemas que nos afligem em todas as ilhas, sempre com um forte sentido de solidariedade.

Contamos com a vossa participação tanto no acto eleitoral como posteriormente nas vossas críticas e sugestões, a fim de desempenharmos da melhor maneira o nosso trabalho na defesa dos legítimos anseios de todos nós.

Sinteticamente vamos expôr algumas das nossas ideias:

Elaborar contactos, tanto a nível regional como nacional, a fim de levar a efeito a restauração do edifício sito na Rua Ernesto do Canto, com o objectivo de defender e promover ainda melhor, os interesses sociais, económicos e culturais dos associados.

Esta Direcção, caso seja eleita, dará andamento a todos os projectos da Direcção anterior, incluindo as obras da Grotnha.

Quotizações a serem pagas pelo mesmo valor aos associados do Continente.

Acordar com os Serviços de Acção Social ou outros Institutos Públicos ou Privados a prestação de serviços de apoio em todas as Ilhas, a fim de dar seguimento à oficina de próteses.

Contactar residenciais, hotéis, restaurantes e outros afins, tanto nos Açores como no Continente e Madeira com a finalidade de negociar melhores condições aos associados.

Incrementar actividades culturais, desportivas e recreativas, nomeadamente concursos de pesca a nível regional e nacional.

Desempenharemos com o nosso melhor esforço, a defesa dos interesses de todos na comunidade onde vivemos.

Votem Lista "B"

PORTO - Lista A

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

| | |
|----------------------|-------------------------------------|
| Presidente | Henrique Tomaz M. Rodrigues |
| 1.º Secretário | Nicolau João Teixeira Azevedo |
| 2.º Secretário | Venâncio José F. dos Santos |

DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

| | |
|------------------|---------------------------------------|
| Presidente | Abel Artur dos Santos Fortuna |
| Secretário | Leonel Joaquim Moura R. Pereira |

| | | |
|------------------|--|----------|
| Tesoureiro | Carlos da Silva Correia | n.º 2472 |
| 1.º Vogal | Manuel Rodrigues dos Santos | n.º 4737 |
| 2.º Vogal | José Joaquim Xavier Teixeira Machado | n.º 246 |

CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

| | | |
|------------------|----------------------------------|-----------|
| Presidente | Martinho Rocha Nunes | n.º 3412 |
| Relator | Júlio Dinis Sousa Chamusca | n.º 4971 |
| Vogal | Viriato Augusto Gonçalves | n.º 13390 |

Conselho de Delegação/Lista A

CONSELHEIROS EFECTIVOS

| | |
|---------------------------------------|-----------|
| Alberto Lopes Casais | n.º 1047 |
| Manuel Pereira dos Santos Silva | n.º 1807 |
| Augusto Oliveira dos Santos | n.º 2440 |
| Gil Luis Garcia | n.º 7509 |
| Jaime da Conceição Rocha | n.º 7695 |
| Manuel Assunção Andres Magano | n.º 1619 |
| David da Silva Moura | n.º 13070 |

CONSELHEIROS SUPLENTES

| | |
|---|-----------|
| Daniel Dias da Cunha Folha | n.º 12584 |
| Luis Fernando da Silva Montalvão Coelho | n.º 2275 |
| Francisco José da Luz Teixeira | n.º 10256 |

Programa de Acção/Porto

1. INTRODUÇÃO

Os Associados que integram a candidatura apresentam-se ao acto eleitoral como continuadores dos actuais Órgãos Sociais da Delegação e identificam-se como actual projecto associativo consubstanciado nas conclusões do 4º Congresso Nacional.

Os candidatos assumem-se como uma equipa empenhada na realização dos objectivos e ideais da ADFA e assumem a responsabilidade de implementarem a execução do programa de acção orientados pelos seguintes princípios:

- Reforço e consolidação da participação dos Associados no debate e na definição das orientações da Acção Associativa, com respeito pela sua vontade expressa a cada momento;
- Intervenção firme e activa na acção reivindicativa da ADFA, exigindo a satisfação das propostas aprovadas no IV Congresso Nacional da ADFA;
- Reforço e consolidação dos serviços da Delegação de forma a melhorar a prestação aos Associados;
- Reforço consolidação da dimensão nacional da ADFA, na sua acção Associativa.
- Reforço e desenvolvimento da abertura da Delegação à comunidade

2.1 - ACÇÃO INTERNA

A comunicação com os Associados será uma prática permanente e importante para levar ao seu conhecimento as questões da vida Associativa a conhecer as opiniões e as soluções que deverão orientar a acção.

Por isso, manteremos a reunião com os Associados do 1º Sábado de cada mês, procurando que funcione como um canal de comunicação privilegiado.

Será mantida a prática de realização de reuniões em localidades fora da Delegação.

Continuaremos a promover os encontros de confraternização, nomeadamente os de Santa Maria da Feira (8 de Dezembro), Arouca (1 de Dezembro), Vila do Conde/Póvoa de Varzim (Quinta-Feira Santa), Paredes (Junho), Galafura (Agosto), Viana do Castelo (Dezembro) e Chaves (Dezembro). Assinalaremos o Aniversário da Delegação (7 Dezembro).

Manteremos o Apoio aos Núcleos de Associados independentemente de possuírem ou não instalações próprias, pois que consideramos que a sua intervenção na vida associativa é relevante para o êxito das acções que nos propomos realizar. E constitui um dos seus direitos fundamentais.

Os Serviços de Apoio Médico, Psicológico e Social, o Centro de Actividades Ocupacionais e o Ginásio de Manutenção serão geridos de forma integrada, de modo a constituírem um pólo de recursos na área da Reabilitação Médica e Social.

Os Serviços Administrativos e de Apoio aos Associados serão objecto de especial atenção com vista à melhoria da qualidade dos serviços a prestar.

Manteremos o apoio ao jornal "ELO", para que reflita as opiniões e as preocupações dos associados.

Uma vez que já foi conseguida a posse definitiva das instalações, será dada prioridade à elaboração dos projectos para dotar a Delegação das estruturas adequadas. E em consonância com as conclusões do 4º Congresso da ADFA.

2.2 - ACÇÃO REIVINDICATIVA

As conclusões do IV Congresso Nacional da ADFA constituirão a referência base para a acção e a estratégia reivindicativa.

Assim, defenderemos em articulação com os Órgãos Sociais Nacionais a concretização dos direitos ainda não alcançados, tais como:

Clarificação dos conceitos de Campanha e Risco equiparado de forma a abranger as situações de preparação ou participação na Guerra de Guerrilha;

Reposição de direitos e regalias, nomeadamente Subsídio de Risco aos Paraquedistas, escalonamento de tempo de serviço;

Promoções (Dec. Lei 134 /97);

Implementação da Rede Nacional de tratamento a Apoio aos afectados pelo "Stress de Guerra" pugnando para que na Delegação do Porto funcione um pólo dessa rede;

Pugnar pela alteração da forma de cálculo das pensões para as viúvas de Preço de Sangue Sobrevivência, de maneira a que se reduzam as diferenças actualmente existentes;

Pugnar junto das entidades, medidas de reabilitação e de integração social, nomeadamente área da habitação, emprego e acessibilidades.

2.3 ACÇÃO EXTERNA

Manteremos o propósito de promover o debate com Associações Congéneres procurando estabelecer com elas plataformas de consulta ou acção para a resolução de problemas comuns.

Fomentaremos o diálogo com as Autarquias Locais, o Governo Civil, os Partidos Políticos, Região Militar, o Hospital Militar a outras entidades.

Fomentaremos por todas as formas ao nosso alcance a divulgação da problemática da "Guerra Colonial", junto dos Meios de Comunicação Social.

Fomentaremos realizar em articulação com a Direcção Nacional uma política que vise dar a conhecer à sociedade a problemática da "Guerra Colonial", nomeadamente promovendo a recolha de documentos e testemunhos, efectuando debates, coloquios e exposições.

Promoveremos a realização de iniciativas no âmbito da saúde e da Justiça Militar conjuntamente com entidades públicas e privadas, tendo em vista encontrar respostas mais adequadas para os problemas dos deficientes militares.

2.4 CENTRO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE GAIA

Embora o CRPG se enquadre na Acção Nacional da ADFA, pugnaremos junto da Direcção Nacional, para que a articulação se faça através da nossa delegação.

Promoveremos sessões de formação e divulgação de ajudas técnicas, junto dos nossos Associados, acompanharemos a acção do CRPG junto do H.M.R1 e solicitaremos o apoio técnico do Centro para acções a desenvolver pela Delegação no âmbito dos seus objectivos e fins.

2.5-ACÇÃO NACIONAL

A dimensão Nacional que caracterizou a orientação dos Órgãos Sociais que agora terminam o seu mandato, deverá ser reforçada e consolidada por forma a que todas as delegações participem na dinâmica Associativa.

Por isso defendemos a descentralização das reuniões dos Órgãos Nacionais e das suas actividades.

Pugnaremos pela definição clara das orientações a serem defendidas nos Fóruns onde a ADFA participa, nomeadamente, na FMAC, IKK a SNR.

3. CONCLUSÃO

A execução do Programa de Acção que propomos exige rigor e empenhamento de todos os Associados independentemente de integrarem ou não Órgãos Sociais.

O apelo que fazemos é para que nos unamos em torno dos objectivos e ideais da ADFA, para que a nossa Delegação continue a ser um espaço de convívio e solidariedade Associativa.

CONSELHO DE DELEGAÇÃO

Princípios de orientação

Para além das competências que lhe estão atribuídas estatutariamente no âmbito da delegação, a que pertence e que visam, no essencial, o acompanhamento da gestão associativa e definição das linhas de orientação de Delegação, o C.D. tem de fazer ouvir no Conselho Nacional (C.N.) as opiniões, vontade dos associados e linhas orientativas da sua Delegação.

Este mandato que se avizinha, tem responsabilidades acrescidas resultantes das conclusões do 4º Congresso da ADFA e que importa pôr em execução.

Desta forma as linhas de orientação deste C.D. visarão:

1º No âmbito da Delegação:

Continuar a pugnar para que este órgão seja o garante da coesão associativa e do respeito pela vontade expressa dos seus associados;

Verificar, junto dos órgãos respectivos, a constante e plena informação aos núcleos, sede e associados, sobre os mais variados temas de orientação associativa;

Definir, aquando da discussão das grandes linhas orçamentais para a delegação toda a política voltada para a reabilitação e integração social tendo em conta os objectivos estatutários;

Fomentar e participar em acções de revitalização da vida associativa.

2.º A nível Nacional

Pugnar para que o relacionamento com os Órgãos Sociais Nacionais se efectue numa postura de diálogo permanente e articulado com as actividades e estratégias nacionais

Velar pelo exacto cumprimento das teses aprovadas no 4º Congresso da ADFA

Estas são as linhas mestras da nossa futura intervenção que esperamos poder cumprir com a ajuda e participação de todos os associados.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA DELEGAÇÃO DE CASTELO BRANCO CONVOCATORIA

Ao abrigo da alínea b) do artigo 50º dos Estatutos da ADFA, convoco uma Assembleia Extraordinária da Delegação de Castelo Branco da Associação dos Deficientes das Forças Armadas para o próximo dia 7 de Outubro, pelas 14h30, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Discutir e votar o Relatório de Actividades e Contas do ano de 1999.
- Outros assuntos de interesse da ADFA.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Delegação
Joaquim Louro Batista

26.º Aniversário do ELO

No dia 25 de Novembro, Sábado, encontro de âmbito nacional na Sede, com início às 13h00.

Programa a divulgar na próxima edição do ELO.

PARTICIPA!

SETÚBAL - Lista A

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

Presidente Abílio Marques Loureiro n.º 4899
 1º Secretário António Lucas dos Santos n.º 4470
 2º Secretário Carlos Ferreira de Sousa Silveira Machinho n.º 8648

DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

Presidente José da Silva Pinto Faria n.º 3371
 Secretário José Manuel Raminhos n.º 646
 Tesoureiro José Carlos da Silva Correia Siac n.º 12381

CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

Presidente Estevão José Mira Carvalho n.º 9266
 Relator Luís Albino Andrade n.º 9883
 Vogal Armando Domingos Martins Ferreira n.º 9265

Conselho de Delegação/Lista A

CONSELHEIROS EFECTIVOS

Zeferino Abreu Ribeiro n.º 9374
 José Augusto Quinta Queimada n.º 7149
 Joaquim Lourenço Santana Patrício n.º 3365
 João Arnaldo Casalinho Honório n.º 2122
 José Manuel Miranda de Almeida n.º 8652
 António José Pontinha Chatinho n.º 7190
 António Maria Casinha n.º 3826

CONSELHEIROS SUPLENTE

Joaquim Manuel Pirralha n.º 4905
 Avelino Guerreiro Gonçalves n.º 9031

Programa de Acção/Setúbal

- Propomo-nos tudo fazermos para continuarmos a desenvolver o espírito associativo.
- Incrementar a estreita colaboração com os Órgãos Sociais Nacionais no desenvolvimento da nossa Associação.
- Tentar resolver os problemas associativos que ainda subsistem através de um diálogo consertado construtivo.
- Incrementar o relacionamento com todas as associações de e para deficientes, entidades civis e militares e autarquias.
- Desenvolver e dinamizar acções desportivas, culturais e convívio entre associados e familiares, para o engrandecimento da ADFA.
- Manter e incentivar as visitas domiciliárias aos associados, principalmente os marcados por grandes deficiências e com maior dificuldade em se deslocarem à sede da Delegação.

VISEU - Lista A

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

Presidente António Pais Ferreira n.º 586
 1º Secretário António Rodrigues Cardoso n.º 1180
 2º Secretário Germano Coimbra Sousa n.º 1223

DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

Presidente João Manuel Santos Gonçalves n.º 684
 Secretário Arnaldo Duarte Pereira n.º 1404
 Tesoureiro Francisco Ferreira Batista n.º 6581
 Vogal António Fernandes Pais n.º 3529
 Vogal José Luís Duarte n.º 2107

CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

Presidente José Silva Ferreira n.º 881
 Relator Laureano José Vieira Silva n.º 607
 Vogal João Francisco Pereira n.º 3567

Conselho de Delegação/Lista A

CONSELHEIROS EFECTIVOS

Claudino Joaquim Ferreira n.º 2289
 João da Costa Vasconcelos n.º 1400
 Zeferino Espírito Santo Gomes Marcela n.º 6910
 Manuel Matos Vaz n.º 9753
 António Lopes Matos n.º 9026
 António Campos Mesquita n.º 819
 Manuel Carlos Lopes Costa n.º 8543
 Jorge Manuel Costa Pinto n.º 5797

CONSELHEIROS SUPLENTE

João Jesus Pereira n.º 6701
 António Fernandes Pais n.º 3529

Programa de Acção/Viseu

A Direcção da Delegação de Viseu da ADFA, pugnará pelo desenvolvimento da vida associativa, na participação e transparência dos projectos da ADFA, acérrimo empenho na dignificação da pessoa deficiente condizente a uma vida condigna do deficiente militar do exercício à cidadania plena e correcto reconhecimento do sacrifício dos militares Deficientes das Forças Armadas com a devida promoção para todos os Deficientes das Forças Armadas sem excepção incluindo Oficiais Sargentos e Praças (DFA).

A Direcção vai empenhar-se na clarificação do conceito, Campanha Serviço, reconhecimento dos doentes que sofrem de stress de guerra e criação do estatuto do Deficiente Militar, colocando todos os deficientes militares no mesmo estatuto exigindo o correcto reconhecimento, por parte da Nação.

Mesas de Voto

| | |
|---|--|
| Bragança Bragança: Sede da Delegação - Bairro de Fomento Habitacional, Bl 20 - R/C Dto. Mãe D'Água. | nador de Transporte, Loja 1, Rua Henriques Nogueira, Vila Nova de Famalicão; Núcleo de Guimarães: Rua Cruz de Pedra, Guimarães; Núcleo de Braga: Infantário da Igreja de S. Lázaro, Braga. |
| Castelo Branco Castelo Branco: Sede da Delegação - R. Dr. Ruivo Godinho, 2. | Faro Faro: Sede da Delegação - Urbanização do Bom João, R. José de Matos, Lt. 11 R/C Esq. Lj. A. |
| Coimbra Coimbra: Sede da Delegação de Coimbra - R. 1.º de Maio, 68; Núcleo de Aveiro: Rua da Cabreira, n.º 153 - S. Bernardo/Aveiro; Núcleo de Leiria (Cruz Vermelha Portuguesa): Rua Tenente Valadim / Leiria. | Funchal Funchal: Sede da Delegação - R. Velha da Ajuda, 50. |
| Évora Évora: Sede da Delegação - R. dos Penedos, 10-C. | Lisboa Núcleo de Aveiras de Cima: Sede do Núcleo - Mercado Diário - Sala 6; Núcleo de Alcobaça: Sala de reuniões da Assembleia Municipal de Alcobaça; Núcleo de Peniche: Sede do Núcleo - Edifício S. Pedro - Bloco C-R/C Ajuda, Peniche; Coruche: Santa Casa da Misericórdia - Lg. de S. Pedro, 10; Corroios: Ginásio Clube de Corroios, |
| Famalicão Famalicão: Sede da Delegação - Centro Coorde- | R. Ginásio Clube de Corroios, 19; Barreiro: Associação de Fuzileiros - R. D. João de Castro, 77-C; Santarém: Escola Prática de Cavalaria - Lg. Infante Santo. |

| | |
|--|---|
| Ponta Delgada Santa Maria: Sala do Aeroporto; São Miguel: Delegação - R. Ernesto do Canto, 22; Graciosa: Câmara Municipal de Santa Cruz; São Jorge: Café do Manuel Luciano de Sousa (Calheta); Pico: Santa Bárbara, em casa do António Leal Júnior; Faial: Bombeiros Voluntários da Horta | Penafiel; Vila do Conde: Centro de Juventude de Vila do Conde - Av. Júlio Graça |
| Porto Porto: Sede da Delegação - R. Pedro Hispano, 1105 (ao Carvalho); Feira: Junta de Freguesia da Feira; Ponte da Barca: Bombeiros Voluntários da Ponte da Barca; Chaves: Bombeiros Voluntários Flavienses; Vila Real: Bombeiros Voluntários da Cruz Verde; Lixa: Bombeiros Voluntários da Lixa; Viana do Castelo: Junta de Freguesia de Meadela; Peso da Régua: A.R.D.A.D.; Penafiel: Bombeiros Voluntários de | Nota importante: 1. Aconselham-se os Associados que pretendam exercer o direito de voto fora do local acima indicado, a comunicá-lo previamente para a Mesa da Assembleia Geral da Delegação do Porto; 2. Para exercer o direito de voto, os associados deverão munir-se do cartão da ADFA ou de credencial passada pelos Serviços da Delegação e ter a situação de quotas regularizada; 3. A votação decorrerá em todos os locais indicados das 09H00 às 19H00 do dia 28 de Outubro de 2000. |
| Setúbal Setúbal: Sede da Delegação - R. Almeida Garrett, 70. | Setúbal Setúbal: Sede da Delegação - R. Almeida Garrett, 70. |
| Viseu Viseu: Sede da Delegação - Emp. Magnólias, Lt. 4 - R/C Q; Núcleo da Guarda: Sede do Núcleo - Rua Dr. Manuel Arriaga, n.º 1 Fte. Dto., Guarda. | |

jam

equipamentos e serviços para veículos especiais (soc. unip.), lda

todo o tipo de transformações em viaturas e ajudas técnicas para pessoas com deficiência

zona industrial dos padrões - 3740 sever do vouga - portugal
 telefone: 23 459 8161 * fax: 23 459 8162 * e-mail: jamacedo@mail.telepac.pt

APELO URGENTE

Ex-militares que estiveram em campanha na Guiné em 1969-70 e fizeram parte da operação na zona Faquir/Mandinga: agradeço contacto urgente pelos telefones:

966 260 620 / 232 940 909
 249 716 521

Luís de Matos Grilo - R. do Chafariz N.º 12 Casal do Grilo - Entroncamento

EMPREGO

O associado Manuel António Damião, com pensão de serviço, incapaz de continuar a desempenhar a sua profissão de isolador, por motivos de saúde, procura emprego compatível com o seu estado de saúde actual.

Resposta ao ELO n.º 301

Associados cegos reunidos na Sede Nacional

Tal como já vem acontecendo, especialmente em Lisboa e no Porto, reuniram na Sede, no passado dia 29 de Julho, 12 associados cegos e algumas esposas, destacando-se, de entre eles e por terem aderido pela primeira vez, Carlos Filipe, vindo de Tomar, Alípio Alves, da Marinha Grande, e Manuel Silva, da Anadia.

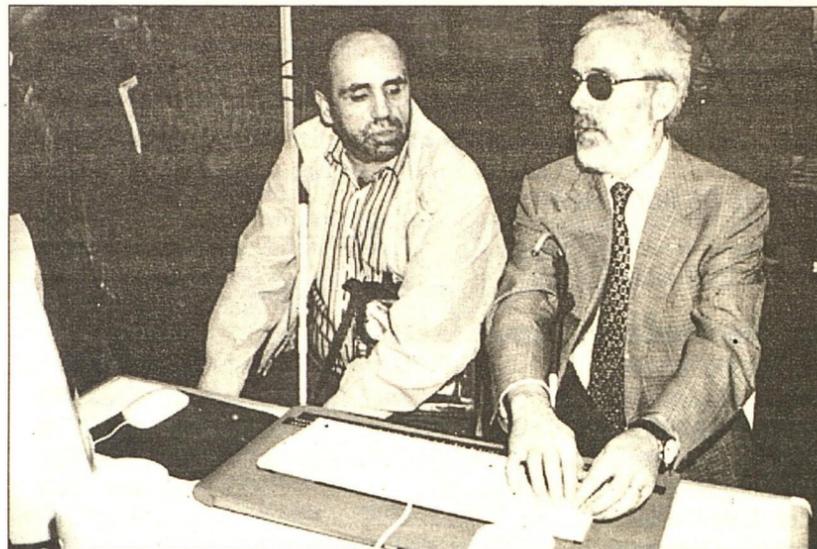
O encontro, preparado pelo Departamento de Reabilitação e Apoio Social da Sede (DRAS), iniciou-se ao fim da manhã e contou com a notada presença da assistente social, Ana Sério. Após o animadíssimo almoço, composto por leitão assado (ou não estivesse no convívio o "Manuel da Anadia!"), alguns dos associados participantes usaram a palavra para realçar a necessidade e utilidade deste

tipo de reuniões, onde se encontram velhos amigos e se conhecem novas tecnologias específicas de reabilitação.

Deu-se, depois, azo à partilha das capacidades artísticas dos intervenientes, e da poesia ao fado, das anedotas às cantigas, de tudo valeu! Perfeitamente integrada no grupo, realce-se a beleza e rasgo fadista da voz de Ana Sério, um caso invulgar e positivo de envolvimento do pessoal técnico da ADFA numa actividade associativa.

Marcado, para a zona centro do País, o próximo encontro, onde pretende ver-se mais associados e idosos de outras regiões, chegou a hora da partida, com um "Até breve!". •

Patuleia Mendes



O Encontro foi preparado pelo Departamento de Reabilitação e Apoio Social da Sede

23ª Assembleia Geral da FMAC

Projectos de Resolução submetidos pela ADFA

Vai ter lugar em Dezembro deste ano, em Paris, a 23ª Assembleia Geral da Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra (FMAC), e a ADFA vai apresentar três projectos de resolução referentes às situações que se vivem na África Ocidental, em Angola e em Timor.

Este documento, agora em fase de tradução, vai ser remetido à FMAC e nele a ADFA propõe aquelas que entende serem "resoluções importantes para a actualidade."

O ELO transcreve na íntegra os três projectos de resoluções.

Pela via do diálogo

1. Considerando os princípios consagrados na carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos do Homem, bem como as resoluções da ONU que fazem apelo ao direito legítimo dos povos à liberdade, à autodeterminação e à independência, à livre escolha do sistema social e ao desenvolvimento sem qualquer ingerência exterior;

2. Considerando o facto que a enorme força moral que os antigos combatentes e veteranos de guerra os coloca em posição de

melhor chamar a atenção para a necessidade de recorrer ao diálogo como via privilegiada que possa conduzir a uma paz durável e sólida, como já foi tantas vezes preconizado pela FMAC;

3. A 23ª Assembleia Geral da FMAC manifesta a sua preocupação pelo ambiente de tensão que se vive nalgumas zonas do Sahara Ocidental, apesar dos esforços dispendidos pelas Nações Unidas no sentido de resolver por meios pacíficos a situação existente;

4. Recomenda-se a todas as Associações-membros que se esforcem junto dos seus governos para que encorajem todas as partes envolvidas a um diálogo construtivo como objectivo de encontrar uma solução justa, equilibrada e aceitável de modo a resolver os problemas existentes dentro do pleno respeito dos direitos legítimos e das aspirações dos povos desta região.

Pelo cumprimento das Resoluções das Nações Unidas

1. Constatando-se que o estado de guerra civil na República de Angola conduziu este país a uma situação de grande devastação e a sofrimentos inauditos para a sua população,

parte da qual sobrevive actualmente na dependência total da ajuda humanitária internacional;

2. Constatando-se ainda que a continuação do estado de guerra quase permanente só é possível devido à exploração dos enormes recursos naturais deste país, levada a cabo por interesses económicos, sem pátria e sem rosto, que impiedosamente sacrificam a vida das populações a troco de mais valias traduzidas por enormes lucros financeiros;

3. Congratula-se pelas recentes resoluções das Nações Unidas nos. 1294 e 1295, no sentido de ser interdito o comércio de armas aos beligerantes;

4. Apela-se às partes envolvidas que busquem pelo diálogo uma forma de resolver pacificamente os seus conflitos, como único meio para que seja alcançada uma paz duradoura e estável nesta martirizada região da África Ocidental;

5. Recomenda-se a todas as associações membros que junto dos respectivos governos, façam sentir a necessidade do cumprimento escrupuloso daquelas resoluções das Nações Unidas respeitantes à venda de material bélico.

Crimes Contra a Humanidade

1. A FMAC congratula-se pelos esforços desenvolvidos pela Comunidade Internacional no sentido da defesa dos direitos humanos em Timor-Lorosae;

2. Porém considerando que após o biscoito realizado em Timor se verificaram graves ataques a pessoas e bens neste território que resultou a destruição maciça de grande parte das infra-estruturas básicas que permitem uma existência digna e civilizada, o êxodo forçado de grande parte da população;

3. Verificando-se que os responsáveis por estas acções que mereceram a maior reprobção pela Comunidade Internacional não foram ainda punidos;

4. Recomenda-se às associações membros que insistam junto dos seus respectivos governos para que o apuramento das responsabilidades dos respectivos mentores e executores seja efectuado com a possível celeridade, de modo a que os crimes contra a humanidade não fiquem impunes, sabendo-se que foram praticados num ambiente de desprezo pelas resoluções adoptadas pelas Nações Unidas em relação a este território.

SIM, desejo assinar o Jornal ELO, durante 1 ano (11 exemplares), por apenas 1.400\$00

Formas de Pagamento (por favor, assinale com uma cruz a opção pretendida)

1 - Junto envio cheque n.º _____, do Banco _____ à ordem da ADFA.

2 - Vale postal dos CTT **Renovação** **Nova assinatura**

Dados Pessoais

Nome _____

Morada _____

Localidade _____ Cód. Postal _____

Telefone _____ Data Nascimento _____

Assinatura _____

VISITE O NOSSO

**MUSEU DA
GUERRA
COLONIAL**

**EM VILA NOVA
DE FAMALICÃO**

ADFA leva Stress de Guerra à audiência no MDN

Urge implementar a Rede Nacional de Apoio



Humberto Sertório e Sarmento Coelho na audiência com o ministro da Defesa Nacional

O ministro da Defesa assumiu ser urgente a implementação da Rede Nacional de Apoio prevista na legislação referente ao Stress de Guerra", referiu Humberto Sertório, presidente da DN, depois da audiência que teve lugar no passado dia 31 de Julho, no Ministério da Defesa Nacional (MDN), em Lisboa. Os representantes da ADFA na audiência, Humberto Sertório e Sarmento Coelho, o ministro da Defesa, Júlio Castro Caldas, apontou que o MDN já tentou definir um pro-

coloco com o Ministério da Saúde, sem ter obtido qualquer resposta, estando, no entanto, marcada uma reunião para o início de Outubro. "A ADFA defende a urgência de pôr a Rede a funcionar", afirmou Humberto Sertório, que lembrou também a questão da terceira idade dos deficientes militares, um problema que atinge igualmente as suas famílias. Na audiência foi referido que "há que congregar esforços para apoiar os deficientes militares idosos e as viúvas", coordenando par-

cerias e racionalizando os meios. A ADFA foi também informada de que o MDN está a analisar a hipótese de alargar a capacidade das actuais infra-estruturas, em conjunto com o Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA).

Os representantes da ADFA lembraram que o interior do País está mais carenciado dos serviços de apoio à terceira idade e sugeriram que em vez de criar grandes núcleos na zona de Lisboa, poder-se-iam implementar pequenas estruturas por todo o País, o que vem ao encontro do que foi proposto no IV Congresso da ADFA.

Falou-se ainda sobre as infra-estruturas em Lisboa, Porto e Ponta Delgada, considerando-se os projectos que a ADFA pretende desenvolver em cada um dos locais. Castro Caldas assegurou que seria brevemente resolvido, estando o MDN a estudar a situação, "que será brevemente regularizada", informou o presidente da DN. "Há boas razões para estarmos confiantes quanto à boa resolução dessas situações", concluiu.

Sobre a contagem do tempo de serviço, o ministro informou que não será necessário legislar sobre a matéria, "bastando a apresentação dos requerimentos à Caixa Geral de Aposentações (CGA)."

À data do fecho da redacção, sabemos que esta informação ainda não chegou aos órgãos executivos da CGA, pelo que a ADFA está a diligenciar no sentido de pôr esta medida em prática. A DN teve uma entrevista com a di-

recção da CGA, no passado dia 14 de Setembro, onde foram abordadas as seguintes questões: contagem do tempo de serviço; DL 503/99 (acidentes e doenças profissionais da função pública), cuja aplicação aos militares a ADFA quer ver suspensa e elaborado novo diploma; stress de guerra, diferenças sobre as incapacidades (juntas militares e CGA); prisioneiros de guerra. "A direcção da CGA mostrou-se colaborante com os nossos pontos de vista, ponderando as dificuldades que se levantam nas questões apresentadas" disse o presidente da DN.

A disparidade das percentagens de incapacidade atribuídas pela Junta Hospitalar de Inspeção (JHI) e CGA foi também alvo de atenção, sendo os representantes da ADFA informados de que "este assunto será oportunamente levado a Conselho de Ministros."

Foram ainda abordadas as questões em estudo no Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas (CCADFA) relativas aos conceitos de "campanha" e "serviço" e aos associados de origem africana que ainda não têm a sua situação regularizada.

"O ministro da Defesa assegurou que as questões pendentes vão ser oportunamente levadas ao CCADFA", lembrou Humberto Sertório, referindo-se à vontade por, parte do Ministério "de tornar mais rápida a transmissão de informação." •

R.V.

Hospital Militar Principal

Jornadas Internacionais HMP/2000

Desejamos que este acontecimento possa ser uma referência do debate indispensável à discussão sobre temas de reconhecida importância", referiu Bargão dos Santos, director do Hospital Militar Principal (HMP), ao escrever o programa de boas vindas às Jornadas Internacionais do HMP/2000, que vão ter lugar nos próximos dias 9, 10 e 11 de Outubro, nas instalações do Instituto dos Altos Estudos Militares, em Lisboa.

A ADFA também vai estar presente e participará activamente nas comunicações previstas no segundo dia, na parte que se refere à "Perturbação Pós-Stress Traumática", no painel intitulado "A Sociedade e a Perturbação Pós-Stress Traumático".

Jorge Maurício, presidente da Mesa da Assembleia Geral da ADFA, e Teresa Infante, psicóloga clínica da ADFA, vão dissertar sobre as acções sociais de apoio a combatentes e a experiência da ADFA, respectivamente, num painel moderado por Afonso de Albuquerque, médico psiquiatra.

Com um importante bloco de comunicações sobre a problemática do Stress de Guerra, as Jornadas também incluem debates e apresentações sobre a "Prevenção e Controlo do Consumo de Drogas de Abuso nas Organizações", sobre "Imunohemoterapia em Meio Militar" e sobre "Medicina no Exercício".

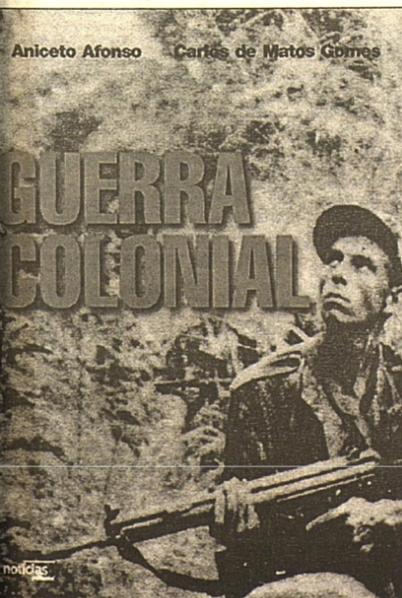
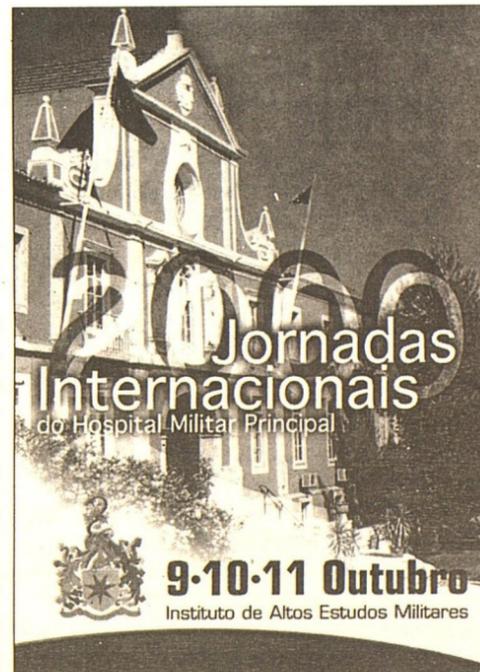
São 65 os palestrantes que vão apresentar comunicações durante os três dias das Jor-

nadas Internacionais, sendo alguns oriundos do Reino Unido, de França, de Espanha, dos Estados Unidos da América, da Noruega e de Israel.

João Bargão dos Santos refere ainda sobre a problemática do Stress de Guerra que "de facto, avaliar os efeitos da guerra, no âmbito do denominado "Stress" pós-traumático, resultante de situações vividas em África ou em outros Teatros de operações é uma questão de incontornável interesse e actualidade."

As Jornadas Internacionais do HMP estão integradas nas comemorações do 166º aniversário daquela instituição, que celebra no dia seis de Outubro mais de século e meio de actividade médica em prol dos militares. •

R.V.



Aniceto Afonso e Carlos Gomes

"Guerra Colonial"

Editorial Notícias

"Guerra Colonial" é o título do livro que a Editorial Notícias vai lançar na primeira semana de Outubro, numa reedição do trabalho de Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes há alguns anos editado pelo "Diário de Notícias".

"Sendo, antes de mais, um trabalho de divulgação sobre a guerra, nele se procuram também chaves para uma melhor compreensão das suas determinações, ocorrências e consequências", foi referido pelo departamento de Comunicação e Imagem da Editorial Notícias.

A obra contém muitos documentos escritos pouco conhecidos e algumas centenas de imagens inéditas e textos oficiais marcantes, constituindo uma "verdadeira descoberta".

A direcção editorial da obra é de Alexandre Manuel e os colaboradores em destaque são Adriano Moreira, António José Telo, David Martelo, Diana Adringa, João Falcão de Campos, José de Matos-Cruz, Josep Sanchez Cervello, Luís Salgado Matos, Nuno Santa Clara Gomes (nosso associado), Rosário Simões e Rui de Azevedo Teixeira. A direcção gráfica é de José Maria Ribeirinho.

O novo álbum tem capa dura com sobrecapa a cores e formato A4, sendo impresso em papel couché (644 páginas), em quadricromia e contém fotografias totalmente inéditas.

A distribuição será efectuada na primeira semana de Outubro, ao preço de 9.800 escudos (com IVA).

Os associados interessados em adquirir a obra, podem efectuar os seus pedidos na redacção do ELO, auferindo de um desconto de dez por cento. •

R.V.

Ponto da situação

Delegação de Lisboa desejada pelos associados

Em sequência do noticiado no último ELO, evoluiu o processo de sensibilização dos associados da área de Lisboa, no sentido da sua auscultação face às deliberações do Conselho Nacional e conclusões do III e IV Congressos da ADFA, relativamente à criação da Delegação.

Decorreram, durante o mês passado, reuniões por toda a zona, no sentido de troca de opiniões e a percepção da recepção da ideia por parte dos associados.

"Embora naqueles encontros tenham sido contactados, por alguns elementos dos Órgãos Sociais Nacionais (OSN) e do Grupo de Diálogo para a Criação da Delegação de Lisboa, cerca de 200 associados (exceptuando os das áreas de Alcobaca, Aveiras e Peniche), pode dizer-se que se encontra profundamente adormecida a vontade de participação dos residentes nesta área", refere Patuleia Mendes, membro do Grupo de Diálogo para a Criação da Delegação de Lisboa, presente em todas as reuniões efectuadas.

"Do encontro mais participado, conforme se espera, que reunirá no parque de merendas dos Capuchos, em Alcobaca, associados residentes neste Núcleo e nos de Peniche e Aveiras, ao que contou com menor número de presenças, foi variável a adesão a este processo que não deixou, no entanto, de dar indicadores interessantes", continua.

Dos encontros já efectuados, foi aceitável o número de presenças em Corroios, Sede Nacional, Barreiro e Santarém, "locais onde a



Reunião no Ginásio Clube de Corroios

"chama" da ADFA tem sido mantida com alguma normalidade."

Nos locais restantes, apesar da diminuta participação, foi clara a vontade de dizer "sim" a este novo processo organizativo em Lisboa, com manifesta disponibilidade dos presentes em se constituir em pólo aglutinador dos associados das respectivas áreas. Ponto a ter em atenção pelos futuros responsáveis da Delegação nascente.

"Pode considerar-se unânime a pretensão dos associados de que é imprescindível a criação da "sua Delegação", conscientes que estão de que é ela que lhes trará, de novo, a capacidade de participar na vida associativa e que poderá proporcionar-lhes a humanização e eficácia dos serviços, até agora dependentes dos OSN, e maior capacidade reivindicativa, face aos assuntos legislativos ainda pendentes", lembrou

ainda Patuleia Mendes, que referiu ter ficado clara, dos contactos estabelecidos, a aderência associativa à deliberação do último Conselho Nacional e calendário correspondente, indicando o início do funcionamento da Delegação até ao final do primeiro semestre do próximo ano.

"Ficam os indicadores de que, por vontade dos associados de Lisboa, a futura Delegação ainda em realidade pouco mais que virtual, passe rapidamente a uma realização concreta que lhes permita o exercício livre do seu direito de voz e crítica, um espaço humanizado pela resolução dos seus problemas e exercício de solidariedade e companheirismo", salienta Patuleia Mendes.

Na Sede, numa das reuniões mais movimentadas, estiveram também presentes alguns dos associados residentes no Anexo do Hídrico que aproveitaram para colocar algumas questões pessoais, consideradas "úteis para o debate real sobre as necessidades associativas".

Uma vez mais se realçou a falta de participação do tecido associativo da área de Lisboa, sendo "necessário criar pólos de atracção efectiva", como foi reconhecido pelos presentes.

Alguns dos participantes defenderam o debate sobre associados disponíveis para integrarem a Comissão Instaladora da Delegação, "para imprimir mais objectividade à discussão".

Iniciativa da Câmara Municipal de Oeiras

"Os militares, as artes e as letras; os 25 anos do 25 de Novembro: reflexão"

A Câmara Municipal de Oeiras (CMO) e a Comissão Organizadora da "Reflexão dos 25 anos do 25 de Novembro" decidiram desenvolver um conjunto de acções, entre 14 de Outubro a 10 de Dezembro de 2000, que incluem uma exposição de artes plásticas e literatura que envolve 53 militares e 6 encontros, passados 25 anos sobre a data de 25 de Novembro de 1975.

O programa da iniciativa "Os militares, as artes e as letras - os 25 anos do 25 de Novembro: reflexão", inclui as seguintes actividades:

14 de Outubro (Sábado), 16h00, na Livraria-Galeria Municipal Verney: Inauguração da exposição "Os militares, as artes e as letras", que inclui obras de 53 oficiais e sargentos e intervenções de cor. Amadeu Ferreira, gen. Amadeu Garcia dos Santos e Dr. Isaltino Morais (pres. da CMO);

21 de Outubro (Sábado), 16h00, na Verney:

Encontro "Os militares e as artes", com intervenções de escultores cor. José Nuncio e prof. Soares Branco (autor da escultura "Os Comandos") e do arq. Augusto Pereira Brandão (pres. da Academia Nacional de Belas Artes);

28 Outubro (Sábado), 16h00, na Verney: Encontro "Os militares e as letras", incluindo o lançamento dos livros "África Futura", do cor. Ferreira da Cunha e "Trovas do meu pensar e do meu sentir", do cor. Roberto Durão e a participação dos autores, Dra. Maria José Maya (mestre em educação) e Dr. Leonardo de Freitas (editor);

04 de Novembro (Sábado), 16h00, no Auditório Municipal Eunice Muñoz: Encontro "o 25 de Novembro e os militares", com a participação do gen. Loureiro dos Santos (moderador), ten.cor. Otelo Saraiva de Carvalho, cor. Morais da Silva, ten.gen. Aurélio Trindade e capitão-de-mar-e-guerra Gomes da Silva;

11 de Novembro (Sábado) 15h00, na Verney: Lançamento do livro "Timor: abandono a tragédia", dos cor. Morais da Silva e Manuel Bernardo, com a presença dos autores, Dr. Jaime Nogueira Pinto e cmdt. Virgílio de Carvalho;

11 de Novembro (Sábado) 16h00, no Auditório Municipal Eunice Muñoz: Encontro "o 25 de Novembro e a sociedade civil", com a participação de ten. gen. Monteiro Pereira (presidente da mesa), Dr. Dias Loureiro (moderador), Dr. Medeiros Ferreira, Dr. Silva Lopes e Eng. Machado Rodrigues;

18 de Novembro (Sábado), 16h00, no Auditório Municipal Eunice Muñoz: Encontro "o 25 de Novembro e a juventude", com a participação de ten. gen. Fernando Vasquez (presidente da mesa), Dr. José Manuel Barroso (moderador), Dr. João Almeida (pres. da Juventude Popular), representante da Juventude

Comunista Portuguesa, Dr. Pedro Duarte (pres. da Juventude Social Democrata) e J. Jamila Madeira (secretária geral da Juventude Socialista);

25 de Novembro (Sábado), 16h00, Auditório Municipal Eunice Muñoz: Encontro "os 25 anos do 25 de Novembro", com participação de ten.gen. Tomé Pinto (presidente da mesa), Dr. Marques Mendes (moderador), sarg.-mor José Nascimento, cor. Moisés Calheiros, cmdt. Victor Ribeiro (pres. Associação de Comandos) e gen. Ramalho Eanes, prevendo-se que nesta ocasião será assinado um protocolo entre a Associação de Comandos e a CMO e neste dia, pelas 15h, seja descerrado um topónimo do "25 de Novembro", próximo da Escola EB 2,3, Miraflores/Algés. •

R.V. (colaboração da CMO)

Equipa de Cicloturismo da ADFA

Ciclismo à chuva

No dia 17 de Setembro o Clube Recreativo Barroquense levou a efeito o seu 4º Passeio de Cicloturismo integrada nas comemorações do 28º aniversário daquele clube e nas festas de Nossa Senhora da Piedade, com partida na Cova da Piedade, Almada.

A representar a equipa da ADFA estiveram seis dos seus elementos, alinhando quatro deles em bicicletas clássicas e dois em tandem (bicicleta de dois lugares).

A ADFA teve um tratamento especial nesta prova ao qual agradecemos a atenção do ciclista do Barroquense, Fernando Modesto, também nosso associado.

Participaram neste evento 26 equipas, num total de 320 cicloturistas.

No final da prova, o associado Fernando Modesto disse ao ELO, ter sido ciclista antes de ter estado na guerra colonial, mas como foi ferido teve 20 anos sem praticar o seu desporto preferido, há cerca de 12 anos voltou a andar de bicicleta optando pelo cicloturismo no barroquense, onde se é director desportivo.

O associado referiu ainda que um dos motivos que o leva a seguir em frente com esta iniciativa se prende como facto de que "leva muitos jovens a praticar a modalidade, evitando

que enveredem por maus caminhos."

Luís Baltazar, associado coordenador da secção de ciclismo da área Metropolitana de Lisboa, referiu que "já são alguns os associados que encontram no ciclismo uma forma positiva e saudável, não só de conviverem associativa e fraternalmente, mas também, promoverem o exercício físico que tão necessário se faz para o equilíbrio e harmonia de si próprios." •

Farinho Lopes



Alterações do estacionamento para deficientes

A direcção do Hospital Militar Principal, Lisboa, procedeu a alterações dos lugares de estacionamento de viaturas de deficientes, solicitação da ADFA.

A informação foi divulgada através do Departamento de Reabilitação e Apoio Social (DRAS), depois dos contactos efectuados em resultado das reclamações de alguns associados paraplégicos acerca da localização do estacionamento para deficientes que se encontra à porta da Farmácia Militar do Hospital.

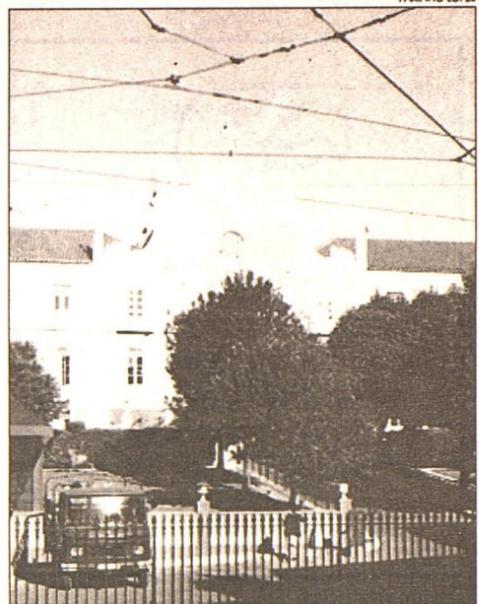
Os dias de chuva e a localização do estacionamento em dois espaços paralelos ao passeio, num local que dificulta a mobilidade para quem auxilia o deficiente, bem como a altura do passeio que dificulta a transferência da viatura para a cadeira de rodas, são alguns dos factores que levaram a ADFA a contactar a direcção do HMP.

Como alternativa foi apresentado o parque médico situado junto à porta que dá acesso à Farmácia, por debaixo do passadiço aí existente.

Foi ainda sugerido que o espaço para estacionamento das viaturas de deficientes passasse a ser de dois lugares com o espaço de três, o que proporcionaria a boa execução das manobras necessárias.

Em contacto telefónico com o DRAS, a direcção do HMP autorizou as alterações, facilitando a mobilidade e acesso dos que necessitem de se deslocar em viatura própria ao Hospital Militar. •

R.V.



22 de Setembro, Lisboa sem carros

Acessibilidade ainda sem visibilidade

A iniciativa a que a sociedade lisboeta se propôs para, por um dia, a 22 de Setembro, se descongestionar o fluxo de tráfego da capital, contando com o apoio de várias instituições, entre as quais a ADFA, ficou mais pobre, por falta de acções de sensibilização para a acessibilidade para pessoas portadoras de deficiência.

"A ADFA lamenta que todo o trabalho, nas suas perspectivas de êxito na campanha de sensibilização para a acessibilidade em Lisboa, tenha sido anulado devido a factores exteriores,

que ultrapassaram a própria organização do evento", considera o coordenador do Departamento de Reabilitação e Apoio Social (DRAS), associado Silvério Rodrigues.

A ADFA esteve envolvida no trabalho de equipa que levaria a efeito a iniciativa "Lisboa sem Carros", em conjunto com diversas instituições também membros do Conselho Municipal para a Integração da Pessoa com Deficiência (CMIPD). O DRAS foi o sector da ADFA que esteve directamente ligado a todo o processo de preparação das actividades

programadas para aquele dia sem automóveis, de entre as quais se destacavam uma conferência de imprensa e a impressão de cartazes alusivos à falta de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência aos transportes públicos da capital.

"Foi uma desilusão, uma vez que já estávamos a preparar a impressão de cartazes na Tipografia da ADFA", referiu a técnica de Serviço Social do DRAS, Ana Sérgio, que representou a Associação em todas as reuniões.

Estava também planeada uma concentração na Praça do Comércio, na Baixa lisboeta, onde os dirigentes associativos prestariam declarações à comunicação social. Para essa actividade já tinham sido mobilizados meios e associados, sendo "tudo desconvoado a dois dias do evento, inviabilizando os planos em a ADFA activamente participou", continua.

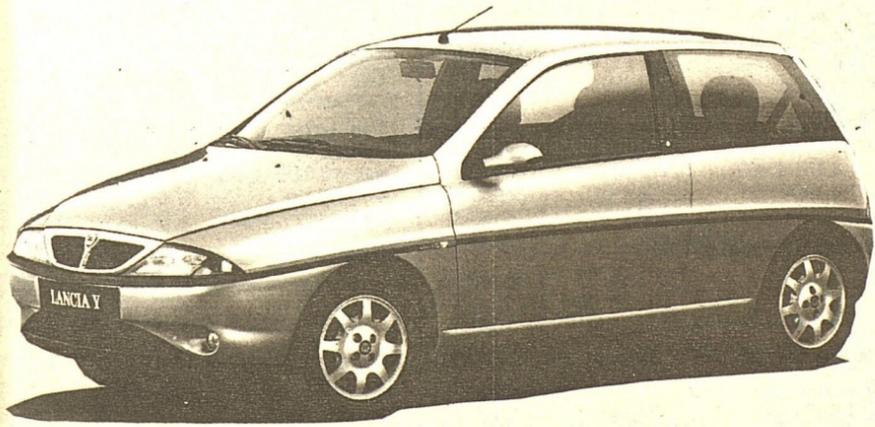
A ADFA sempre se tem empenhado nas

mais diversas iniciativas, junto do CMIPD - Acessibilidade e Mobilidade e, na Associação, apesar do sucedido, a intenção é de continuar a colaborar.

No entanto, o coordenador do DRAS alerta para o facto de que "os mais prejudicados são os cidadãos portadores de deficiência que, sem a concretização desta iniciativa, perdem mais uma oportunidade para fazerem valer os seus direitos." Silvério Rodrigues destaca ainda o grande valor social de uma iniciativa como "Lisboa sem Carros", considerando que teria sido uma excelente oportunidade para testar os transportes públicos da cidade face às necessidades dos cidadãos portadores de deficiência que também deles dependem. •

R.V.

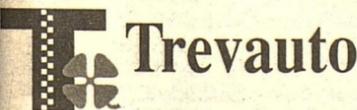
VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES



Contacte os serviços da ADFA



CONCESSIONÁRIO **Alberto Pinto**
Telf. (01) 757 04 22



STAND: Rua da Venezuela, 65 A/B - 1500 LISBOA • Tels.: 760 89 607 - 760 82 53 - 760 52 78 • Fax: 760 52 78
STAND: Rua de Arroios, 89A - 1100 LISBOA • Tels.: 316 72 00/316 72 13 • Fax: 352 00 96
STAND: Rua Virgílio Correia 17-B - 1600 LISBOA • Tel.: 726 98 89/726 99 13 • Fax: 726 56 39 (à Estrada da Luz)
ASSISTÊNCIA TÉCNICA: Rua Heróis de Oitonga, 14A - 1100 LISBOA • Tels.: 812 32 75 - 814 47 17

Contacto: TREVAUTO 316 72 00 - Francisco Galhano

DESCONTOS:
PEÇAS: 25%
OFICINA: . . . 15%

(MANUEL CORREIA) TELF. 316 72 00
(HUMBERTO LOURENÇO) . . . TELF. 812 32 75

Associados falecidos

Aos familiares e amigos dos associados falecidos apresentamos as nossas mais sentidas condolências

António Alves Queirós

Associado n.º 2474
49 anos
Faleceu no dia
08/06/00



Residia em Rio Tinto, Gondomar. Deixa viúva Ana Rosa Ferreira Gomes. Serviu em Moçambique na Companhia de Caçadores 3500.

João de Andrade

Associado n.º 8679
86 anos
Faleceu no dia
10/07/00



Residia em Câmara de Lobos, Madeira.

Aurélio Carvalho da Silva

Associado n.º 6353
52 anos
Faleceu no dia
06/07/00



Residia no Porto. Deixa viúva Ana Joaquina Cardoso. Serviu em Moçambique, no Batalhão de Caçadores n.º 2513.

Paiva Sojuli

Associado n.º 12023
50 anos
Faleceu no dia
06/10/99



Residia em Algés, Oeiras. Serviu na Guiné, no Destacamento 22 dos Fuzileiros Especiais.

Felisberto Conceição Guerreiro

Associado n.º 7249
54 anos



Residia em Estômbar, Lagoa. Serviu em Moçambique, na Companhia de Infanteria 2388.

Serafim Moutinho Neves

Associado n.º 12044
82 anos
Faleceu no dia
13/07/00



Residia em Paço D'Arcos, Oeiras. Deixa viúva Maria Antonieta Neves. Serviu, por último, em Moçambique, no Quartel General de Moçambique.



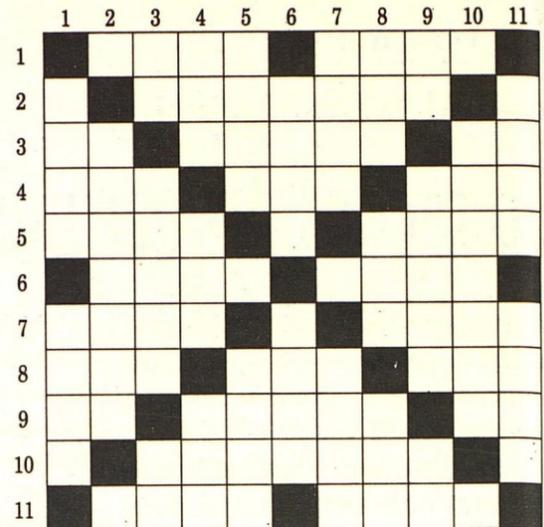
ANIMAIS RAROS E INTERESSANTES

NOME CIENTÍFICO: PASSAROCUS IMPORTUNUS

NOME VULGAR: ABUTRE DAS URNAS

APARECE QUANDO HA' ELEIÇÕES

CA



HORIZONTAIS

1 - Instrumento; droga. 2 - Soldado de Infantaria ligeira. 3 - correias dos estribos; Presidente da República. 4 - Capa sem grande quantidade; voz do pássaro. 5 - Opulenta; calçado. 6 - Bebe; 7 - Mágica; pronome. 8 - Pássaro; transpire; o Eu. 9 - Acolá; transparente; alumínio. 10 - Ave canora. 11 - Qualidade; Tecido do corpo humano.

VERTICAIS

1 - Força; diz. 2 - Assobiava. 3 - Antes de Cristo; ajuda; Cálculo. 4 - Tinta branca; gosta; anda. 5 - Ave de rapina; destino. 6 - Elos; sem. 7 - Cheiro; engano. 8 - Poeyras; planalto de Angola; quase Góia. 9 - Seguir; pertença; aqueles. 10 - Que vê mal (pop). 11 - Parte da face dos ventos.

SOLUÇÕES HORIZONTAIS

1 - Faca; ópio. 2 - Cagador. 3 - Lá; lóros; PR. 4 - Opa; ror; pio. 5 - Rica; bota. 6 - Toma; liso. 7 - Fada; esse. 8 - Ave; sue; Ego. 9 - Lá; vidro; Al. 10 - Canário. 11 - Lala; osso.

VERTICAIS

1 - Alor; fala. 2 - Apitava. 3 - AC; acode; cá. 4 - Cal; ama; vai. 5 - Agor; sina. 6 - Aros; muda. 7 - Odor; erro. 8 - Pós; Bie; óis. 9 - Ir; posse; os. 10 - Pitosga. 11 - Proa; Rolo.

VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS

| VOLKSWAGEN E AUDI | | |
|-------------------------------|--------------|--------------|
| MODELO | P.BASE | P.V.P. |
| Lupo | | |
| 1.0 Conceptine | 1.553.721.00 | 2.163.544.00 |
| 1.0 Conceptine AC | 1.817.953.00 | 2.472.696.00 |
| 1.2 TDI | 2.141.905.00 | 3.001.105.00 |
| 1.4 TDI Conceptine | 1.949.992.00 | 3.885.793.00 |
| 1.4 Highline (Automático) | 2.254.937.00 | 3.439.545.00 |
| Polo | | |
| 1.0 Conceptine 3P | 1.688.622.00 | 2.344.825.00 |
| 1.0 Conceptine 5P | 1.753.654.00 | 2.420.866.00 |
| 1.4 Confortline 3P | 1.879.333.00 | 3.023.489.00 |
| 1.4 Confortline 5P | 1.944.325.00 | 3.099.529.00 |
| 1.4 Highline (AC) 3P | 2.176.974.00 | 3.371.729.00 |
| 1.4 Highline (AC) 5P | 2.241.963.00 | 3.447.766.00 |
| 1.4 Confortline 3P Aut. | 2.110.086.00 | 3.239.065.00 |
| 1.4 Confortline 5P Aut. | 2.175.078.00 | 3.315.105.00 |
| 1.4 TDI Confortline 3P | 2.301.233.00 | 3.576.154.00 |
| 1.4 TDI Confortline 5P | 2.366.225.00 | 3.652.195.00 |
| 1.4 TDI Conf. ABS+AC 5P | 2.583.323.00 | 3.906.200.00 |
| 1.4 TDI Trendline 3P | 2.496.711.00 | 3.804.864.00 |
| 1.4 TDI Trendline 5P | 2.561.699.00 | 3.880.900.00 |
| Polo 3 Volumes | | |
| 1.4 Confortline | 1.916.633.00 | 3.067.130.00 |
| 1.4 Highline AC | 2.405.828.00 | 3.639.488.00 |
| 1.9 SDI Confortline | 2.268.389.00 | 4.412.300.00 |
| 1.9 TDI Confortline | 2.449.959.00 | 4.624.737.00 |
| 1.9 TDI Trendline | 2.831.554.00 | 5.071.203.00 |
| Polo Variante | | |
| 1.4 Confortline | 1.931.174.00 | 3.089.993.00 |
| 1.9 SDI Confortline | 2.282.677.00 | 4.434.867.00 |
| 1.9 SDI Confortline | 2.464.371.00 | 4.647.449.00 |
| 1.9 TDI Confortline | 2.846.095.00 | 5.094.066.00 |
| Golf | | |
| 1.4 Confortline 3P | 2.512.696.00 | 3.782.073.00 |
| 1.4 Confortline 5P | 2.602.765.00 | 3.887.454.00 |
| 1.4 Confortline JE+AC 5P | 2.871.781.00 | 4.202.203.00 |
| 1.9 TDI Confortline 3P | 2.707.119.00 | 4.943.164.00 |
| 1.9 TDI Confortline 5P | 2.797.188.00 | 5.048.545.00 |
| 1.9 TDI "25 Anos" 3P | 2.955.247.00 | 5.233.473.00 |
| 1.9 TDI "25 Anos" 5P | 3.045.317.00 | 5.338.855.00 |
| 1.9 TDI "25 Anos" Aut. 5P | 3.474.490.00 | 5.782.103.00 |
| 1.9 TDI Highline 3P | 3.676.718.00 | 6.068.800.00 |
| 1.9 TDI Highline 5P | 3.766.787.00 | 6.174.200.00 |
| Golf Variante | | |
| 1.4 Confortline | 2.652.760.00 | 3.945.948.00 |
| 1.9 TDI Confortline | 2.899.955.00 | 5.168.782.00 |
| 1.9 TDI Highline | 3.847.596.00 | 6.277.522.00 |
| 1.9 TDI Highline EC | 4.077.465.00 | 6.546.469.00 |
| Beetle | | |
| 1.9 TDI | 3.312.090.00 | 5.650.980.00 |
| 1.9 TDI EC | 3.523.809.00 | 5.898.690.00 |
| Bora | | |
| 1.9 TDI Highline | 3.916.685.00 | 6.358.356.00 |
| 1.9 TDI Highline EC | 4.139.155.00 | 6.618.646.00 |
| Passat | | |
| 1.6 Confortline | 3.524.926.00 | 5.350.475.00 |
| 1.9 110 cx. Aut. Trendline | 4.097.664.00 | 6.567.176.00 |
| 1.9 TDI Confortline | 3.715.585.00 | 6.128.918.00 |
| 1.9 TDI Trendline | 4.182.584.00 | 6.675.307.00 |
| 1.9 TDI Trendline EC | 4.423.436.00 | 6.957.104.00 |
| 1.9 TDI Confortline Tiptronic | 4.061.964.00 | 6.534.182.00 |
| 1.9 TDI Trendline | 4.528.963.00 | 7.080.571.00 |

| 2.5 TDI Highline | 4.931.125.00 | 8.580.349.00 |
|-------------------------------|--------------|---------------|
| 2.5 TDI Highline Tiptronic | 5.201.376.00 | 8.896.543.00 |
| Passat Variant | | |
| 1.9 110 cx. Aut. Trendline | 4.333.920.00 | 6.843.596.00 |
| 1.9 TDI Confortline | 3.951.841.00 | 6.405.338.00 |
| 1.9 TDI Trendline | 4.418.842.00 | 6.951.729.00 |
| 1.9 TDI Confortline Tiptronic | 4.298.082.00 | 6.810.448.00 |
| 1.9 TDI Trendline Tiptronic | 4.765.089.00 | 7.356.838.00 |
| 2.5 TDI Highline | 5.209.777.00 | 8.984.177.00 |
| 2.5 TDI Highline Tiptronic | 5.480.028.00 | 9.300.371.00 |
| Audi A3 | | |
| Att. 1.6 3P | 3.201.747.00 | 4.972.356.00 |
| Att. 1.6 5P | 3.304.311.00 | 5.092.356.00 |
| Att. 1.9 TDI 3P | 3.672.299.00 | 6.078.274.00 |
| Att. 1.9 TDI 5P | 3.774.863.00 | 6.198.274.00 |
| Sport 1.9 TDI 3P | 4.210.761.00 | 6.708.275.00 |
| Sport 1.9 TDI 5P | 4.313.325.00 | 6.828.275.00 |
| Audi A4 | | |
| Att. 1.9 TDI 115 cv | 4.576.708.00 | 7.142.283.00 |
| Sport 1.9 TDI 115 cv | 4.807.477.00 | 7.412.283.00 |
| Audi A4 Avant | | |
| Att. 1.9 TDI 115 cv | 4.807.477.00 | 7.406.433.00 |
| Sport 1.9 TDI 115 cv | 5.038.246.00 | 7.646.432.00 |
| Audi A6 | | |
| 1.9 TDI 110 cv | 5.846.447.00 | 8.627.877.00 |
| 1.9 TDI 110 cv TA | 6.030.209.00 | 8.842.879.00 |
| 2.5 TDI | 6.251.634.00 | 10.209.000.00 |
| 2.5 TDI Tiptronic | 7.755.929.00 | 11.969.025.00 |
| Audi A6 Avant | | |
| 1.9 TDI 110 cv | 6.172.086.00 | 9.003.026.00 |
| 1.9 TDI 110 cv TA | 6.354.993.00 | 9.217.026.00 |
| 2.5 TDI | 6.576.419.00 | 10.583.149.00 |
| 2.5 TDI Tiptronic | 8.080.719.00 | 12.343.180.00 |
| FIAT | | |
| MODELO | P.BASE | P.V.P. |
| Seicento | | |
| Seicento Young | 1.080.311.00 | 1.510.000.00 |
| Seicento Sport | 1.273.805.00 | 1.899.000.00 |
| Panda Young | 1.064.072.00 | 1.491.000.00 |
| Punto | | |
| 1.2 S 3p | 1.341.960.00 | 2.083.000.00 |
| 1.2 ELX 5p | 1.550.507.00 | 2.327.000.00 |
| 1.2 16v ELX 5p | 1.638.541.00 | 2.430.000.00 |
| Sport 3 p | 1.951.362.00 | 2.796.000.00 |
| 1.9 JTD ELX 5p | 1.707.807.00 | 3.737.000.00 |
| 1.9 JTD HIX 3p | 1.866.782.00 | 3.923.001.00 |
| Palio | | |
| Weekend 1.2 | 1.908.627.00 | 2.746.001.00 |
| Weekend 70 TD | 1.823.328.00 | 3.481.000.00 |
| Bravo | | |
| 80 16v SX 1.2 | 2.070.165.00 | 2.935.000.00 |
| 100 16v SX 1.5 cx. Aut. | 2.281.341.00 | 3.801.000.00 |
| 105 JTD Sport 1.9 | 2.480.457.00 | 4.641.000.00 |
| Brava | | |
| 80 16v SX 1.2 | 2.070.165.00 | 2.935.000.00 |
| 105 JTD Sile 1.9 | 2.480.457.00 | 4.641.000.00 |
| Marea e Marea Weekend | | |
| Marea 80 16v SX 1.2 | 2.259.054.00 | 3.156.000.00 |
| Marea 100 ELX 1.5 cx. Aut. | 2.803.563.00 | 4.412.000.00 |
| Marea 105 JTD HIX 1.9 | 2.932.594.00 | 5.170.001.00 |

| Weekend 80 16v SX 1.2 | 2.259.054.00 | 3.156.000.00 |
|--------------------------------|--------------|--------------|
| Weekend 100 16v GLX Aut. 1.5 | 2.259.054.00 | 3.156.000.00 |
| Weekend 105 HIX 1.9 | 3.018.064.00 | 5.270.001.00 |
| LANCIA | | |
| MODELO | P.BASE | P.V.P. |
| Y 1.1 Elefantino Blu | 1.494.318.00 | 2.157.000.00 |
| Y 1.2 cx. Autom. IS | 1.962.473.00 | 2.809.000.00 |
| Y 1.2 16v IS | 1.688.968.00 | 2.488.999.00 |
| Libra 1.6 | 3.508.179.00 | 5.236.400.00 |
| Libra 1.9 JTD LX | 3.525.158.00 | 5.863.300.00 |
| Libra 2.4 JTD LX | 3.727.800.00 | 7.015.600.00 |
| Libra SW 1.6 | 3.721.854.00 | 5.486.400.00 |
| Libra SW 1.9 JTD LX | 3.738.833.00 | 6.113.300.00 |
| Libra SW 2.4 JTD LX | 3.971.476.00 | 7.265.600.00 |
| Lancia K 2.0 | 4.348.946.00 | 6.989.500.00 |
| Lancia K 2.4 JTD 1S | 5.238.997.00 | 8.748.600.00 |
| Lancia K SW 2.0 20v IS | 5.109.630.00 | 7.879.501.00 |
| Lancia K SW 2.4 JTD | 5.487.715.00 | 9.09.600.00 |
| RENAULT | | |
| MODELO | P.BASE | P.V.P. |
| Twingo Pack 1.1 | 1.411.951.00 | 2.124.113.00 |
| Twingo Easy 1.1 | 1.753.831.00 | 2.524.112.00 |
| Clio | | |
| RN 1.2 3p | 1.535.882.00 | 2.289.113.00 |
| SI 1.4 16v 3p | 1.775.309.00 | 2.888.113.00 |
| RN 1.2 5p | 1.600.840.00 | 2.325.230.00 |
| RXE 1.4 16v 5p | 1.853.087.00 | 2.969.230.00 |
| RN 1.9D 5p | 1.527.751.00 | 3.484.230.00 |
| RXE 1.9 DTI 5p | 1.731.170.00 | 3.702.230.00 |
| Megane | | |
| RTE 1.4 5P | 2.176.567.00 | 3.343.230.00 |
| RTE 1.4 16v AC 5p | 2.467.165.00 | 3.663.230.00 |
| RXE 1.9 DTI AC 5p | 2.738.410.00 | 4.886.230.00 |
| RXE 1.9 DTI AC cx. Aut. 5p | 2.934.992.00 | 5.116.230.00 |
| Megane/Carrinha (Break) | | |
| RTE 1.4 16v | 2.278.644.00 | 3.448.230.00 |
| RXE 1.9 DTI | 2.711.777.00 | 4.823.230.00 |
| RXE 1.9 DTI AC cx. Aut. | 3.045.111.00 | 5.213.230.00 |
| Megane Classic | | |
| RTE 1.4 | 2.219.302.00 | 3.393.230.00 |
| RXE 1.9 DTI AC | 2.781.146.00 | 4.936.230.00 |
| RXE 1.9 DTI AC cx. Aut. | 2.977.727.00 | 5.186.230.00 |
| Megane Scenic | | |
| RTE 1.4 | 2.485.823.00 | 3.706.230.00 |
| RXE 1.9 DTI AC | 3.029.009.00 | 5.226.230.00 |
| RXE 1.9 DTI AC cx. Aut. | 3.225.590.00 | 5.456.230.00 |
| Laguna | | |
| RXE 1.6 | 2.883.594.00 | 4.554.230.00 |
| RXT DTI | 3.240.975.00 | 5.474.230.00 |
| RXE 1.9 DTI (5 lug.) | 3.232.428.00 | 5.484.230.00 |
| RXE Break 1.9 DTI (7 lug.) | 3.317.808.00 | 5.584.230.00 |
| Kangoo | | |
| 1.2 | 1.793.819.00 | 1.990.230.00 |
| RTE 1.9 DTI | 2.084.833.00 | 4.125.230.00 |
| Kangoo Express | | |
| FGTE RL 1.2 | 1.572.533.00 | 1.990.230.00 |
| FGTE RN 1.9 | 1.882.043.00 | 2.597.230.00 |
| OPEL | | |
| MODELO | P.BASE | P.V.P. |

| | | |
|-------------------------|--------------|--------------|
| Agila | | |
| 1.0 XE 5p | 1.278.964.00 | 1.837.749.00 |
| 1.2 Elegance XE 5p | 1.556.025.00 | 2.337.750.00 |
| Corsa | | |
| 1.0 3p | 1.496.852.00 | 2.092.676.00 |
| 1.0 5p | 1.556.681.00 | 2.162.676.00 |
| "100" 1.2 5p | 1.811.038.00 | 2.636.115.00 |
| "100" 1.5 TD 5p | 2.237.390.00 | 3.615.734.00 |
| 1.5 TD 5p | 1.878.416.00 | 3.195.734.00 |
| 1.5 TD 3p | 1.818.587.00 | 3.125.735.00 |
| Sportive 1.5 TD 3p | 2.040.809.00 | 3.385.734.00 |
| Astra | | |
| Club 1.4 4p | 2.373.350.00 | 3.592.143.00 |
| Club 1.7 DTI 4p | 2.572.308.00 | 4.372.916.00 |
| Club 2.0 DTI 5p | 2.479.209.00 | 4.834.123.00 |
| Elegance 1.4 5p | 2.638.307.00 | 3.902.143.00 |
| Elegance 2.0 DTI 5p | 2.821.089.00 | 5.234.123.00 |
| Sport 1.4 cx. Aut. 3p | 2.544.290.00 | 3.792.143.00 |
| Sport 2.0 DTI 3p | 2.675.790.00 | 5.064.123.00 |
| Club 2.0 DI 4p cx. Aut. | 2.556.132.00 | 4.924.123.00 |
| Club 2.0 DI 5p cx. Aut. | 2.521.944.00 | 4.884.123.00 |
| Astra Caravan | | |
| Club 1.4 | 2.458.820.00 | 3.692.143.00 |
| Club 1.7 DTI | 2.657.778.00 | 4.472.916.00 |
| Club 2.0 DTI | 2.598.867.00 | 4.974.123.00 |
| Elegance 1.4 | 2.757.965.00 | 4.042.143.00 |
| Elegance 2.0 DTI | 2.940.747.00 | 5.374.123.00 |
| Club 2.0 DI cx. Aut. | 2.641.602.00 | 5.024.123.00 |
| Vectra | | |
| 1.6 4p | 3.084.424.00 | 4.809.724.00 |
| 2.0 DTI 4P | 3.188.611.00 | 5.664.123.00 |
| 2.0 DTI Caravan | 3.333.910.00 | 5.834.123.00 |
| Elegance 2.0 DTI 4p | 3.462.115.00 | 5.984.123.00 |
| Elegance 2.0 DTI | | |

DIÁRIO DA REPÚBLICA

por Helena Afonso

Ajudas Técnicas

Decreto-Lei n.º 15 626/2000, do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, de 1 de Agosto

Define as normas regulamentadoras, entidades prescritoras e financiadoras de ajudas técnicas, respectivos montantes e os mecanismos de acompanhamento e avaliação do sistema de atribuição e financiamento de ajudas técnicas.

Na lista consta o Centro de Reabilitação Profissional de Gaia (CRPG) como uma das entidades prescritoras.

Segurança Social

Decreto-Lei n.º 17/2000, de 8 de Agosto

Aprova as bases gerais em que se funda o sistema público de solidariedade e de segurança social, tendo por objectivos o direito à protecção social e o desenvolvimento e adaptabilidade das suas normas aos condicionalismos e contingências de ordem familiar, demográfica e económica.

Este sistema compreende três subsistemas: o de **protecção social de cidadania, de protecção à família e previdencial.**

O primeiro subsistema, abrangendo a generalidade dos cidadãos, nomeadamente as pessoas em situação de incapacidade, disfunção e marginalização social, «visa assegurar direitos básicos e tem por objectivo garantir a igualdade de oportunidades, o direito a mínimos vitais dos cidadãos em situação de vulnerabilidade económica, bem como a prevenção e a erradicação de situações de pobreza e de exclusão, por forma a promover o bem-estar e a coesão sociais». O subsistema prevê as eventualidades de ausência ou insuficiência de recursos económicos dos indivíduos e dos agregados familiares para a satisfação das suas necessidades mínimas e para a promoção da sua progressiva inserção social e profissional; de invalidez; de velhice; de morte; de insuficiência das prestações substitutivas dos rendimentos da actividade profissional, por referência a valores mínimos legalmente fixados e ainda de pobreza, disfunção, marginalização e exclusão sociais, entre outras.

O segundo, abrangendo também a generalidade dos cidadãos, tem como objectivo garantir a compensação de encargos familiares acrescidos quando ocorram, entre outros, encargos fami-

liares, a deficiência e a dependência.

O terceiro subsistema, que abrange os beneficiários/trabalhadores por conta de outrem, os beneficiários/independentes e os que vierem a aderir, visa compensar a perda ou redução de rendimentos da actividade profissional quando no caso de doença; maternidade, paternidade e adopção; desemprego; acidentes de trabalho e doenças profissionais; invalidez; velhice e morte.

EMFAR

Lei 25/2000, de 23 de Agosto

Procede à **primeira alteração ao Decreto-Lei 236/99, de 25 de Junho, que aprovou o novo Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR)**, passando, assim, a ter nova redacção os artigos 2.º, 9.º e 20.º do Decreto-Lei atrás citado e os artigos 3.º, 44.º, 64.º, 81.º, 85.º, 94.º, 121.º, 152.º, 218.º, 250.º, 264.º e 279.º do novo EMFAR.

Por outro lado, esta lei adita um artigo 94.º-A ao novo EMFAR, revoga o artigo 5.º do Decreto-Lei 236/99 e o artigo 123.º do novo EMFAR e repõe em vigor os artigos 12.º a 15.º do anterior EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei 34-A/90, de 24 de Janeiro, e os números 2, 3 e 4 do artigo 1.º, números 6 e 7 do artigo 7.º da Lei 15/92, de 5 de Agosto, que adoptou medidas visando a racionalização dos efectivos militares, até que se esgotem os respectivos efeitos jurídicos aí previstos.

Prejudicados

do 25 de Abril

Decreto-Lei 197/2000, de 24 de Agosto

Este diploma **vem regulamentar o disposto na Lei 43/99, de 11 de Junho, que aprovou as medidas tendentes à revisão da situação de militares que participaram na transição para a democracia iniciada em 25 de Abril de 1974.**

Os militares do Quadro Permanente dos três ramos das Forças Armadas que participaram na transição para a democracia iniciada em 25 de Abril de 1974 e que, conseqüentemente, foram afastados ou se afastaram ou cuja carreira tenha sido interrompida ou sofrido alteração anómala por esse facto têm direito a rever a sua situação militar, para efeitos de alteração e reconstituição da respectiva carreira militar.

No entanto, este diploma não se aplica aos militares com patente de capitão-de-mar-e-guerra ou de coronel

abrangidos pela Lei 15/92, de 5 de Agosto (que adoptou medidas visando a racionalização dos efectivos militares), aos militares abrangidos pelo Decreto-Lei 330/84, de 15 de Outubro (que permitiu a revisão da situação militar e a reconstituição da carreira de militares que foram compulsivamente afastados do serviço activo) e aos militares cuja situação militar tenha sido objecto de sentença transitada em julgado.

Os interessados deverão solicitar a revisão da sua situação militar mediante apresentação de requerimento instruído com documentos ou outros meios de prova legalmente permitidos, comprovativos da situação referenciada.

A Comissão de Apreciação, criada para o efeito, procederá à instrução e apreciação dos pedidos.

A reconstituição da carreira, que terá em consideração a idade do militar, far-se-á por referência à carreira dos militares colocados à sua esquerda, à data em que mudou de situação e que foram normalmente promovidos ao posto imediato. No entanto, estão sujeitos a determinadas condições e a reconstituição não poderá ultrapassar o posto de capitão-de-mar-e-guerra ou de coronel.

Os efeitos da reconstituição da carreira reportar-se-ão ao dia 1 de Setembro de 2000, relativamente ao pagamento de remunerações ou pensões.

Este diploma produz efeitos desde a sua publicação.

IASFA

Portaria 706/2000, de 4 de Setembro

Cria o Centro de Apoio Social de Lisboa, do Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA), a funcionar no prédio militar n.º 59, na Rua de São José, 12 a 42, em Lisboa.

Este Centro disporá «de um centro de convívio social com biblioteca, sala de leitura, e outras salas de convívio; de um serviço de apoio médico aos beneficiários, com consultas de clínica geral e algumas especialidades; de um serviço de apoio para execução de exames complementares de diagnóstico e tratamentos médicos; de um serviço de restauração que preste apoio aos beneficiários e trabalhadores da sede do IASFA, fornecendo refeições; assim como permitirá a ampliação e adequação das instalações da sede do IASFA». •



Oficiais Milicianos

Lei 15/2000, de 8 de Agosto

«Correcção da antiguidade e promoções dos oficiais milicianos que ingressaram no quadro permanente, antes do 25 de Abril de 1974, após a frequência da Academia Militar.»

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, para valer como lei geral da República, o seguinte:

Artigo 1.º

Âmbito de aplicação

Aos oficiais milicianos que ingressaram nos quadros permanentes, precedendo frequência das respectivas academias, antes de 25 de Abril de 1974, quando se encontrem na situação de reserva ou de reforma, é contado, para todos os efeitos legais, incluindo a antiguidade, o tempo de serviço efectivo prestado como milicianos.

Artigo 2.º

Promoções

1 - São promovidos ao posto a que tenham direito, considerando exclusivamente o tempo de serviço e a antiguidade nos termos do artigo 1.º e tendo como limite o posto de coronel ou de capitão-de-mar-e-guerra, os primeiros-tenentes ou capitães, os capitães-tenentes ou majores e os capitães-de-fragata ou tenentes-coronéis abrangidos pelo disposto no artigo anterior que:

- Tenham passado à situação de reserva a seu pedido ou por terem atingido o limite de idade legalmente estabelecido para o posto;
- Tenham passado à reforma a seu pedido ou por terem atingido o tempo máximo de permanência na reserva fora da efectividade do serviço;
- Tenham passado à reforma extraordinária;
- Tenham adquirido o estatuto de deficiente das Forças Armadas;
- Tenham falecido.

2 - Não são abrangidos pelo disposto no número anterior os oficiais que:

- Tenham passado à reserva por força de sanção disciplinar;
- Tenham sido abatidos aos QP.

3 - Aos oficiais abrangidos pelo artigo 1.º que se encontrem em efectividade de serviço só será aplicada a contagem de antiguidade ali prevista quando cessar essa situação.

Artigo 3.º

Limitação de efeitos

As promoções decorrentes da aplicação do presente diploma não conferem direito à percepção de retroactivos, sem prejuízo da assunção pelo Estado do encargo do pagamento de quotas e diferenças de quotas devidas à Caixa Geral de Aposentações, pelos períodos a que tal haja lugar por força das promoções ocorridas nos termos do artigo 2.º.

Artigo 4.º

Produção de efeitos

Os efeitos financeiros da presente lei produzem-se com a entrada em vigor da primeira lei do Orçamento do Estado que venha a ser aprovada após a publicação deste diploma.»



Os Banidos

Nuno Santa Clara

Volta e meia são banidos do concerto das Nações alguns líderes (e seus países) por conduta imprópria. Assim o foram Saddam Hussein, por agressor, Haider, por xenofobia e Kadafi, por terrorismo, e por consequência os correspondentes Iraque, Áustria e Líbia.

Se o preço do petróleo continuar a subir, veremos naturalmente serem levantadas as sanções ao Iraque, de modo a que um aumento de produção contenha, ou mesmo baixe, os preços, sem que Hussein se arrependa, e nada impedindo a reorganização da sua máquina militar.

As sanções à Áustria foram já levantadas, por contraproducentes, com a curiosidade de ter o levantamento sido baseado num conselho de "sábios". Teremos voltado à Grécia clássica, à astuta Veneza, ou ao despotismo iluminado? Nada disso! Muito pro-saicamente, para descalçar a bota, os políticos passaram a si mesmos um atestado de incompetência. É raro, mas acontece. Haider não se arrependeu, antes aproveitou o ocasião para insultar o presidente francês.

Kadafi, conhecido por subsidiar tudo quanto seja guerrilha islâmica (e não só) conseguiu agora, através de um instituto que modestamente tem o seu nome, resgatar uma série de reféns a um milhão de dólares por cabeça. Promovido pela opinião pública (ou por quem a faz) de vilão a herói, não deixou por mãos alheias a comemoração dos factos: avião privativo, reportagens em directo, culto da imagem. Receita completa.

No meio de tanta euforia, inclusive com participação de membros de governos ocidentais, fica-me a sensação de assistir a uma grande operação de limpeza a seco: não só é branqueado Kadafi, feito benemérito, como (diriam as más línguas) um financiamento já habitual e até agora clandestino passa a estar legitimado e mesmo abençoado pelas suas vítimas reais e potenciais...



Director: António Carreiro
Propriedade: Associação dos Deficientes das Forças Armadas
Administração e Redacção: Av. Padre Cruz - Ed. ADFA 1600-560 - Lisboa
Telefone: 21 751 26 00 Fax: 21 751 26 10
E-mail: adfa@mail.telepac.pt Internet: http://www.adfa-portugal.com



Director-geral de Infra-estruturas do MDN visita ADFA Tipografia sai do Anexo HMP

A Tipografia-Escola da ADFA vai sair do prédio no Anexo do HMP para ser instalada provisoriamente na Quinta das Camélias (ex-EPAM), no Lumiar, Lisboa, até ao final deste ano, garantiu o director-geral de Infra-estruturas do Ministério da Defesa Nacional (MDN), Cunha Rego, durante a sua visita à ADFA e ao espaço onde vai ser implantada a Tipografia, no passado dia 12 de Setembro.

Por motivos de desocupação do Anexo, foi feita uma proposta pelo MDN no sentido de efectuar a transferência para instalações provisórias na Quinta das Camélias.

Cunha Rego referiu que a solução se reveste de carácter provisório, "porque a definitiva será implantada neste mesmo espaço, dentro do projecto que a ADFA apresentou."

Humberto Sertório, Sarmento Coelho e Santa Clara-Gomes, da Direcção Nacional, acompanharam o director-geral de Infra-estruturas na sua visita e consideraram a mudança positiva, "tendo em conta o facto de se efectuar a título provisório e que os projectos da ADFA vão ser seguidos, conforme a proposta do MDN." •

R.V.

DL 134/97, de 31 de Maio

Nova proposta do MDN em debate

A ADFA recebeu um documento de trabalho proveniente do Ministério da Defesa Nacional (MDN) cujo conteúdo se refere a um alargamento do âmbito do que já foi legislado no Decreto-Lei n.º 134/97, de 31 de Maio, (decreto dos "Capitães-Coronéis") no sentido de se pronunciar sobre a matéria. "Uma das novidades tem que ver com o facto dos militares do Quadro de Complemento passarem a ser abrangidos", referiu Catarino Salgado, primeiro vice-presidente da DN, numa abordagem inicial ao documento.

Em comparação com o DL 134/97, este documento prevê uma promoção e uma abrangência já previstas naquele decreto, sem a referência aos graus de incapacidade, incluindo os militares do Quadro de Complemento.

Como limite a esta abrangência é estabe-

lecida a data da entrada em vigor do DL 43/76, de 20 de Janeiro.

Tal documento vem na sequência do que tem sido divulgado sobre o facto de se encontrar em elaboração um estudo de eventual diploma sobre este assunto.

Em virtude de existir um grupo de trabalho com representantes dos vários grupos de interessados nesta questão, já se lhes divulgou a informação sobre as linhas fundamentais do documento, no sentido de recolher opiniões da forma mais ampla possível.

"A Direcção Nacional solicita aos associados interessados que se informem e contribuam com as suas sugestões", lembrou o representante da DN, Catarino Salgado. •

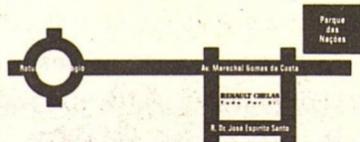
R.V.



RENAULT

- ▶ O salão de exposições é gigante: 2500 m2.
- ▶ O horário de atendimento é enorme.
8h - 20h durante a semana
9h - 19h ao fins-de-semana
- ▶ O horário da oficina é igualmente grande.
8h - 24h durante a semana
8h - 18h ao sábado
- ▶ No grande centro de ensaios cabe toda a gama.
- ▶ O serviço de assistência e desempanagem tem o maior horário possível: 24h por dia.

Atendimento Cliente: 800 203 157



RENAULT CHELAS Tudo Por Si.

R. Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E - 1900-672 LISBOA
Tel.: 21 836 14 00 Fax: 21 836 14 91
Av. da Liberdade, nº 33 - 1200-139 LISBOA